

Banco Fator S.A.

**Demonstrações Financeiras
Consolidadas em IFRS**

De 31 de dezembro 2010 e 2009

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e acionistas do
Banco Fator S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Fator S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Fator S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

São Paulo, 28 de abril de 2011

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Eduardo Braga Perdigão
Contador CRC 1CE013803/O-8 “S” – SP

BANCO FATOR S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 E 1º DE JANEIRO DE 2009

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2010	2009	01.01.2009
DISPONIBILIDADES E RESERVAS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL	4	7.345	5.465	3.189
ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO		<u>790.902</u>	<u>368.066</u>	<u>289.788</u>
Instrumentos de dívida	9	557.607	204.716	153.928
Instrumentos de patrimônio	10	231.554	141.870	56.173
Derivativos	11	1.741	21.480	79.687
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO NO RESULTADO		<u>531.408</u>	<u>324.652</u>	<u>320.241</u>
Instrumentos de dívida	9	531.408	324.652	320.241
ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA		<u>1.045</u>	<u>252.875</u>	<u>126.075</u>
Instrumentos de dívida	9	-	5.052	3.034
Instrumentos de patrimônio	10	1.045	247.823	123.041
INVESTIMENTOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO		<u>423.348</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Instrumentos de dívida	9	423.348	-	-
EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS		<u>326.605</u>	<u>294.935</u>	<u>319.361</u>
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	5	124.870	170.372	155.253
Empréstimos e adiantamentos a clientes	6	184.070	109.856	138.225
Outros empréstimos e recebíveis	7	17.665	14.707	25.883
ATIVOS NÃO CORRENTES PARA VENDA	12	-	1.900	-
PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS	13	-	667	-
ATIVO TANGÍVEL	14	10.341	16.585	20.232
ATIVO INTANGÍVEL		<u>5.762</u>	<u>7.956</u>	<u>3.010</u>
Ágio	15	-	2.461	-
Outros ativos intangíveis	16	5.762	5.495	3.010
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS		<u>46.930</u>	<u>29.247</u>	<u>21.156</u>
Correntes	25	27.737	22.529	19.358
Diferidos	25	19.193	6.718	1.798
OUTROS ATIVOS	17	<u>138.069</u>	<u>52.157</u>	<u>12.814</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>2.281.755</u></u>	<u><u>1.354.505</u></u>	<u><u>1.115.866</u></u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

BANCO FATOR S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 E 1º DE JANEIRO DE 2009
(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2010	2009	01.01.2009
PASSIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO		2.522	2.386	68.158
Derivativos	11	2.522	2.386	68.158
PASSIVO FINANCEIRO AO CUSTO AMORTIZADO		1.598.251	698.856	612.700
Depósitos de instituições financeiras	18	911.011	363.498	248.306
Depósitos de clientes	19	484.055	287.292	294.358
Obrigações por títulos e valores mobiliários	20	182.546	6.287	-
Outros passivos financeiros	21	20.639	41.779	70.036
PASSIVOS POR CONTRATOS DE SEGURO	22	109.214	33.386	7.959
PROVISÕES		25.342	26.800	29.338
Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras provisões	23	25.342	26.800	29.338
PASSIVOS FISCAIS		10.341	115.070	52.986
Correntes	25	9.358	18.505	10.364
Diferidos	25	983	96.565	42.622
OUTRAS OBRIGAÇÕES	24	84.710	32.711	13.907
TOTAL DO PASSIVO		1.830.380	909.209	785.048
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	28	230.000	128.000	128.000
Reservas	28	221.040	59.750	7.456
Ajuste ao valor de mercado de TVM e derivativos		111	133.135	57.778
Lucros acumulados	28	-	124.111	134.783
PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS	26	224	300	2.801
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		451.151	444.996	328.017
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.281.755	1.354.505	1.115.866

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

BANCO FATOR S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro básico e diluído)

	Nota	2010	2009
Receitas com juros e similares	29	133.268	106.751
Despesas com juros e similares	30	(84.478)	(54.737)
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS		48.790	52.014
Receita de tarifas e comissões	31	119.368	127.640
Despesas de tarifas e comissões	31	(15.752)	(16.334)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	32	245.552	54.748
Diferenças cambiais (líquidas)	33	(281)	(1.149)
Prêmios de seguros	34	31.397	23.285
Despesas de sinistros e movimentação dos passivos de seguros	35	(22.219)	(18.464)
Outras receitas (despesas) operacionais	36	6.408	5.887
TOTAL DE RECEITAS		413.263	227.627
Despesas administrativas:			
Despesas com pessoal	37	(77.378)	(67.353)
Outras despesas administrativas	38	(81.603)	(73.779)
Depreciação e amortização		(6.517)	(6.016)
Provisões (líquidas)		2.749	2.845
Perdas com ativos financeiros (líquidas)		-	707
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (líquidos) - Empréstimos e recebíveis		(1.704)	155
Perdas por redução ao valor recuperável de outros ativos (líquidos)		(2)	(2)
Resultado na alienação de ativos não circulantes destinados à venda	40	(600)	-
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não circulantes destinados à venda	39	(667)	4.651
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO		247.541	88.835
Impostos sobre a renda		(86.438)	(36.882)
LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO		161.103	51.953
Lucro atribuível à controladora		160.879	51.953
Lucro atribuível às participações minoritárias		224	-
Lucro básico e diluído por ações (em reais - R\$)			
Ações ordinárias		67,76	21,88
Ações preferenciais		67,76	21,88
Média ponderada das ações emitidas - básica e diluída			
Ações ordinárias		2.374.150	2.374.150
Ações preferenciais		2.374.150	2.374.150

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

BANCO FATOR S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Lucro líquido consolidado do exercício		161.103	51.953
Outros resultados abrangentes receitas/despesas			
Investimentos financeiros disponíveis para venda		<u>(133.024)</u>	<u>75.357</u>
Valo justo ganhos/(perdas)		53	125.595
Imposto de renda		(21)	(50.238)
Transferência para o resultado do exercício		(133.056)	-
Total		<u><u>28.079</u></u>	<u><u>127.310</u></u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

BANCO FATOR S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas				Resultado abrangente		Total atribuível ao controlador	Participação de acionistas Minoritários	Total	
	Capital realizado	Reservas de Capital		Reserva de lucros		Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos				Lucros/ (Prejuízos) acumulados
		Atualização de títulos patrimoniais	Legal	Estatutária						
Saldo em 31 de dezembro de 2008	128.000	292	7.164	-	57.778	134.783	328.017	2.801	330.818	
Ajuste ao valor justo de TVM	-	-	-	-	75.357	-	75.357	-	75.357	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	51.953	51.953	-	51.953	
Destinação do resultado:										
- Reserva legal	-	-	2.615	-	-	(2.615)	-	-	-	
- Reserva estatutária	-	-	-	49.679	-	(49.679)	-	-	-	
- Dividendos	-	-	-	-	-	(10.331)	(10.331)	-	10.331	
- Outros	-	-	-	-	-	-	-	(2.501)	2.501	
Saldo em 31 de dezembro de 2009	128.000	292	9.779	49.679	133.135	124.111	444.996	300	445.296	
Mutações do exercício	-	-	2.615	49.679	75.357	(10.672)	41.622	(2.501)	116.979	

	Reservas				Resultado abrangente		Total atribuível ao controlador	Participação de acionistas Minoritários	Total	
	Capital realizado	Reservas de Capital		Reserva de lucros		Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos				Lucros/ (Prejuízos) acumulados
		Atualização de títulos patrimoniais	Legal	Estatutária						
Saldo em 31 de dezembro de 2009	128.000	292	9.779	49.679	133.135	124.111	444.996	300	445.296	
Aumento de capital	102.000	-	-	-	-	(102.000)	-	-	-	
Transferência para o resultado	-	-	-	-	(133.056)	-	(133.056)	-	(133.056)	
Reserva atualização título patrimonial	-	(292)	-	-	-	292	-	-	-	
Ajuste ao valor justo de TVM	-	-	-	-	32	-	32	-	32	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	160.879	160.879	224	161.103	
Destinação do resultado:										
- Reserva legal	-	-	8.372	-	-	(8.372)	-	-	-	
- Reserva estatutária	-	-	-	153.210	-	(153.210)	-	-	-	
- Dividendos	-	-	-	-	-	(21.700)	(21.700)	-	(21.700)	
- Outros	-	-	-	-	-	-	-	(300)	(300)	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	230.000	-	18.151	202.889	111	-	451.151	224	451.375	
Mutações do exercício	102.000	(292)	8.372	153.210	(133.024)	(124.111)	6.155	(76)	6.079	

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

BANCO FATOR S.A.**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009**

(Valores expressos em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2010	2009
Lucro líquido do exercício	160.879	51.953
Ajustes ao lucro		
Depreciação do ativo tangível	5.843	5.078
Depreciação do ativo intangível	1.155	327
Mudanças nos créditos tributários e passivos fiscais diferidos	(19.374)	(1.215)
Constituição de provisões	(1.142)	(2.221)
(Aumento) decréscimo líquido nos ativos operacionais	(1.139.716)	(125.238)
Ativos financeiros para negociação	(422.836)	(78.278)
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	(206.756)	(4.411)
Ativos mantidos até o vencimento	(423.348)	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	30.123	(1.205)
Empréstimos e recebíveis	(18.657)	(4.444)
Ativos não correntes para venda	1.900	(1.900)
Participação em coligadas	667	(667)
Outros ativos	(100.809)	(34.333)
Aumento (decrécimo) líquido nos passivos operacionais	106.507	(50.115)
Passivos financeiros para negociação	136	(65.772)
Pagamentos de contingências	(316)	(317)
Outros passivos financeiros ao custo amortizado	(21.140)	(28.257)
Passivos de seguros	75.828	25.427
Outras obrigações	51.999	18.804
Total do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	(885.848)	(121.431)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Ativo tangível	401	(1.431)
Ativo intangível	1.039	(5.273)
Total do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	1.440	(6.704)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recursos de depósitos de instituições financeiras e de clientes	920.535	114.413
Varição de participação de minoritários	(76)	(2.501)
Dividendo pagos	(21.700)	(10.331)
Total do fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento	898.759	101.581
Aumento / (Redução) de caixa ou equivalente de caixa	14.351	(26.554)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	7.807	34.361
Caixa e equivalentes de caixa em 31 dezembro	22.158	7.807

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

BANCO FATOR S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
(Valores expressas em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Banco Fator S.A. (“Banco Fator” ou “Banco”), organizado sob a forma de banco múltiplo, desenvolve suas operações de modo integrado através das carteiras comercial e de investimentos, e, através de empresas ligadas, atua também nos mercados de seguros, administração de fundos de terceiros (“asset management”) e corretagem de valores mobiliários. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro e de capitais.

O Banco Fator, controlado indiretamente pela Fator Empreendimentos e Participações S.A, é a instituição líder das companhias financeiras do Banco Fator e é uma sociedade anônima constituída e domiciliada no Brasil, à Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1.017, Itaim Bibi, São Paulo – SP.

Em ata de Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 19 de maio de 2009, foi deliberada a cisão parcial da Fator S.A. Corretora de Valores (“Fator Corretora”) com destinação de parcela cindida de seu patrimônio líquido para a Fator Seguradora S.A. (“Fator Seguradora”), nos termos e condições contidos no Instrumento Particular de Protocolo e Justificativa de Cisão Parcial, datado de 19 de maio de 2009. A destinação foi efetuada pelo respectivo valor contábil, de parcela do patrimônio da Fator Corretora correspondente a 20.149.546 ações da BM&F BOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BVMF3”) para a Fator Seguradora. Na redução de capital social da Fator Corretora, não houve cancelamento de ações; e também no aumento de capital social da Fator Seguradora, não houve emissão de novas ações.

Em ata de Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 1 de fevereiro de 2010, a administração da controlada FAR S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários deliberou sua incorporação pelo Banco Fator S.A. em 29 de janeiro de 2010. A incorporação da Distribuidora foi procedida mediante transferência ao Banco, pelos respectivos valores contábeis, da totalidade dos saldos que compõem o ativo, passivo e patrimônio líquido da Distribuidora.

As demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 foram autorizadas para emissão conforme resolução da diretoria, em 28 de abril de 2011.

2. Bases de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos: investimentos disponíveis para venda, instrumentos financeiros derivativos, outros ativos e passivos financeiros mantidos para negociação e ativos e passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado, os quais foram todos mensurados ao valor justo.

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais (R\$) e todos os valores são arredondados para (R\$) milhares, exceto quando indicado de outro modo.

a) Declaração de compliance

Conforme plano de convergência estabelecido pelo Banco Central do Brasil, através do Comunicado 14.259, de 10 de março de 2006, Resolução 3.786, de 24 de setembro de 2009 e Circular 3.472, de 23 de outubro de 2009, as instituições financeiras constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir comitê de auditoria nos termos da regulamentação em vigor devem, a partir de 31

de dezembro de 2010, elaborar e divulgar anualmente demonstrações financeiras consolidadas adotando o padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo IASB, traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela International Accounting Standards Committee Foundation (IASC Foundation).

O Banco Fator elaborou suas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como as interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC”.

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco Fator de 31 de dezembro de 2010 e de 2009 são as primeiras elaboradas de acordo com o “IFRS”, sendo 1º de janeiro de 2009 a data de transição. Estas demonstrações financeiras estão de acordo com o “IFRS 1” - Adoção pela primeira vez das normas internacionais de contabilidade.

b) Informações comparativas

Estas demonstrações financeiras consolidadas incluem três anos de informações comparativas para o balanço patrimonial e dois anos para a demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração do fluxo de caixa e respectivas notas explicativas, conforme requerido pelo “IFRS”.

c) Uso de estimativas e premissas

Os resultados consolidados e a determinação do patrimônio consolidado são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores do Banco na elaboração das Demonstrações Financeiras. O Banco realiza estimativas e premissas que afetam os valores informados de ativos e passivos dentro do próximo exercício fiscal. Todas as estimativas e assunções, as quais estão destacadas abaixo, aplicadas pela administração em conformidade com o IFRS são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável, no momento de sua aplicação. As principais políticas contábeis e métodos de mensuração estão detalhados na nota nº 3.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem estimativas e premissas, como a avaliação do valor justo de ativos e passivos financeiros, a provisão para contingências, mensuração do valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros e o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos. Estas estimativas, as quais foram efetuadas com a melhor informação disponível, são basicamente as seguintes:

- Continuidade

A Administração avaliou a habilidade do Banco em continuar operando normalmente e está convencida de que o Banco possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros

O valor justo de um instrumento financeiro é o valor pelo qual ele pode ser comprado ou vendido em uma operação corrente entre partes cientes e dispostas a negociar, conduzida em bases estritamente comerciais. Caso um preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento, o valor justo é calculado com base nesse preço.

Caso não haja um preço de mercado disponível para um instrumento financeiro, seu valor justo será estimado com base no preço estabelecido em operações recentes envolvendo o mesmo instrumento ou

instrumentos similares e, na ausência destes, com base em técnicas de avaliação normalmente usadas pelo mercado financeiro considerando, quando aplicável, dados observáveis no mercado, como segue:

- Método de desconto ao valor presente para avaliação de instrumentos financeiros (método aplicável principalmente para instrumentos de dívida, swaps “vanilla” e operações a termo): os fluxos de caixa futuros esperados são descontados ao valor presente utilizando-se as curvas calculadas com base em dados observáveis de mercado (PU Anbima, DIs e DDIs Futuros etc).
- Modelo Black-Scholes de avaliação de instrumentos financeiros (principalmente operações de opções e swaps exóticos): determinadas informações observáveis de mercado, tais como a diferença entre a oferta de compra e a de venda (bid-offer spread), taxas de câmbio, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado são utilizadas como “inputs” para no modelo Black-Scholes com o propósito de se apurar o valor justo dos instrumentos financeiros avaliados sob este modelo.

A metodologia utilizada para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros é descrita em detalhes na nota nº 3.

- Mensuração do valor recuperável de ativos financeiros

O Banco reconhece as perdas inerentes a ativos financeiros não avaliados ao valor justo levando em conta a experiência histórica de perda de valor recuperável (impairment) e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. Com essa finalidade, perdas inerentes são perdas incorridas na data-base da apresentação das demonstrações financeiras, calculadas por meio da mensuração do valor presente dos fluxos de caixa estimados das operações nas quais foram constatadas evidências objetivas de deterioração. Maiores detalhes são discutidos na nota nº 3.

- Mensuração do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

Nas datas-base de divulgação das demonstrações financeiras, o Banco possui como prática a verificação quanto à existência de evidências objetivas de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. Esta mensuração pode envolver critérios subjetivos de avaliação, tais como análise de obsolescência técnica e operacional ou a expectativa de substituição do ativo por outro que gere benefícios econômicos futuros superiores ao anterior. Os critérios de cálculo para uma eventual redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e de ativos intangíveis são discutidos em detalhes nas notas nº 14, 15 e 16.

- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Conforme explicação na nota nº 25, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias na medida em que se considera provável que o Banco terá lucro tributável futuro de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser utilizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário do Banco, é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuras, que podem afetar as demonstrações financeiras consolidadas. As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:

- Variações nos montantes depositados, na base de clientes e na inadimplência dos tomadores de crédito.
- Mudanças nas taxas de juros.
- Mudanças nos índices de inflação
- Regulamentação governamental e questões fiscais.
- Processos ou disputas judiciais adversas.
- Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e investimento.
- Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro.
- Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional.

Para atendimento aos requerimentos do IAS 12, o Banco compensa um imposto diferido ativo contra um imposto diferido passivo se, e apenas se, estiverem relacionados a impostos sobre a renda lançados pela mesma autoridade fiscal, e houver um direito por força de lei de compensar os impostos correntes ativos contra os impostos correntes passivos.

d) Base de consolidação

i) Controladas

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco Fator compreendem as demonstrações financeiras do Banco Fator e de suas controladas, conforme demonstrado abaixo:

Empresa	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Fator S.A. Corretora de Valores	100%	100%
FAR - Fator Administração de Recursos Ltda.	98,87%	97,99%
Fator Seguradora S.A.	100%	90,07%
FTR S.A. Administradora de Cartões e Adquirência	100%	-
FAR S.A. DTVM	-	99,99%

Controladas são todas as entidades, cujas políticas financeiras e operacionais são conduzidas pela controladora.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido ao Banco Fator. O método de compra é utilizado para registrar a aquisição das controladas. O custo de uma aquisição é mensurado pelo valor justo da importância paga na data da transação, acrescidos dos custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos identificáveis, as contingências e os passivos assumidos adquiridos são inicialmente mensurados ao seu valor justo na data da aquisição. Qualquer excesso do valor pago pela aquisição que ultrapassar o valor justo da participação sobre os ativos identificáveis, as contingências e os passivos adquiridos é registrado como ágio, e se o custo da aquisição for menor que o valor justo da participação, o deságio identificado é reconhecido diretamente na demonstração do resultado, no período de aquisição.

As entidades que são controladas pelo Banco Fator são consolidadas até a data em que a há perda de controle.

Todas as transações entre empresas do Banco Fator são eliminadas na consolidação.

ii) Participações em joint ventures (entidade sob controle conjunto)

Joint ventures são participações em entidades que não são subsidiárias, mas que são controladas em conjunto por duas ou mais entidades não relacionadas. Isso se reflete em acordos contratuais nos quais duas ou mais entidades (“empreendedoras”) adquirem participações em entidades (“entidades sob

controle conjunto”) ou possuem operações ou detêm ativos, de modo que as decisões financeiras e operacionais que afetem a joint venture dependem da decisão unânime das empreendedoras.

O Banco Fator detém 50% da participação societária da UBR Sociedade Administradora de Cartões de Crédito S.A. mas não possui o controle, seja através de direito de veto ou outros itens de acordo de acionistas, portanto não existe a obrigatoriedade de consolidação nas demonstrações financeiras.

iii) Participações minoritárias

As participações minoritárias representam, diretamente ou indiretamente, a porção do resultado e do patrimônio líquido que não pertence ao Banco, e são apresentadas separadamente na demonstração consolidada do resultado e incluídas no patrimônio líquido do balanço consolidado, de forma destacada no patrimônio líquido da controladora. Qualquer prejuízo aplicável à participação minoritária, que seja excedente à esta, é atribuído ao patrimônio da controladora.

Aquisições de participações minoritárias são contabilizadas utilizando o método de extensão da entidade controladora, no qual a diferença entre o valor atribuído e o valor justo da parte adquirida do patrimônio líquido é reconhecida como o ágio.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

a) Transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais de cada entidade estão apresentadas na moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera (moeda funcional). Para o propósito de consolidação das demonstrações financeiras, o resultado e a posição financeira das entidades consolidadas estão expressos em Reais, moeda funcional do Banco e suas controladas e moeda de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ativos e passivos que são itens monetários são convertidos por taxas de câmbio à vista no final do período.

As variações cambiais decorrentes da conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são geralmente reconhecidas pelo seu valor líquido como “Diferenças Cambiais (Líquidas)” na demonstração consolidada de resultado abrangente, com exceção das variações cambiais decorrentes de instrumentos financeiros ao valor justo no resultado, que são reconhecidas na demonstração consolidada de resultado abrangente como “Ganhos (perdas) com ativos financeiros (líquidos)” sem distingui-las de outras variações no valor justo.

b) Definições, reconhecimento e classificação dos instrumentos financeiros

i. Definições

“Instrumento financeiro” é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio para outra entidade.

“Instrumentos de patrimônio” é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

“Derivativo” é qualquer instrumento financeiro com vencimento em data futura cujo seu valor justo se modifica em resposta às mudanças de uma ou mais variáveis de mercado (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual não haja investimento inicial ou que este seja inexpressivo em comparação ao investimento inicial que seria

efetuado em outros instrumentos financeiros não derivativos que respondam de forma similar às mudanças nas mesmas variáveis de mercado destacadas acima.

ii. Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o Banco se torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui (“regular way trades”): compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

iii. Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros:

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende de suas características e do propósito e finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

iv. Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado): essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo decorrente de sua negociação e os derivativos não designados como instrumentos de cobertura (hedge) em estruturas de cobertura contábil (hedge accounting).

- Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado: essa categoria inclui os ativos financeiros híbridos não mantidos para negociação e mensurados, em sua totalidade, ao valor justo. Os ativos financeiros também são classificados nessa categoria como o propósito de fornecimento de informações mais relevantes aos usuários das demonstrações financeiras, seja por eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração (“divergências contábeis”) derivadas da mensuração de ativos ou passivos e reconhecimento de resultado em bases diversas, seja porque há um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros (ou ambos) que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no seu valor justo (de acordo em uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento).

Os instrumentos financeiros incluídos nessa categoria (e em “Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado”) estão submetidos, em caráter permanente, a um sistema integrado e consistente de mensuração, gestão e controle de riscos e retornos, o qual permite o monitoramento e a identificação de todos os instrumentos financeiros e a verificação da redução efetiva do risco. Os ativos financeiros somente podem incluídos nessa categoria na data em que são adquiridos ou originados.

- Ativos financeiros disponíveis para venda: essa categoria inclui os ativos financeiros não classificados como “Investimentos mantidos até o vencimento”, “Empréstimos e recebíveis” ou “Ativos financeiros ao valor justo no resultado” e os instrumentos de patrimônio emitidos por outras entidades que não são subsidiárias, coligadas e entidades controladas em conjunto.

Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo com as alterações no valor justo reconhecidas em componente destacado de “ajuste ao valor justo” no patrimônio líquido, líquido de efeitos tributários, com exceção das perdas por redução do valor recuperável e juros destes ativos os quais são reconhecidas no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por redução do valor recuperável, o resultado anteriormente acumulados na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

- Empréstimos e recebíveis: essa categoria inclui empréstimos, financiamentos e outros recebíveis com ou sem característica de concessão de créditos, com base em sua natureza, independentemente do tipo de tomador e da forma de concessão de crédito. A característica preponderante do grupo de empréstimos e recebíveis é a não existência de mercado ativo, sendo estes mensurados pelo custo amortizados, reduzidos por eventual redução no valor recuperável, sendo as receitas deste grupo reconhecidas em base de rendimento efetivo por meio da utilização da taxa efetiva de juros.

- Investimentos mantidos até o vencimento: essa categoria inclui os instrumentos de dívida negociados em mercado ativo, com vencimento fixo e pagamentos fixos ou determináveis, para os quais o Banco tem intenção e capacidade comprovada de mantê-los até o vencimento. Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado menos perda por não recuperação, com receita reconhecida em base de rendimento efetivo.

v. Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação

- “Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil”: saldos de caixa, depósitos a vista no Brasil e no exterior e saldos credores à vista referentes a depósitos no Banco Central do Brasil.

- “Empréstimos e adiantamentos”: incluem os empréstimos concedidos pelo Banco, exceto os representados por títulos, saldos devedores de natureza financeira em favor do Banco, saldos credores em relação a câmaras de compensação e agências de liquidação por transações em bolsa de valores e mercados organizados, créditos de taxas e comissões, depósitos efetuados por determinação judicial e outras contas a receber.

- “Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras”: créditos de qualquer natureza, inclusive em operações realizadas no mercado aberto, em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil.

- “Empréstimos e adiantamentos a clientes”: inclui saldos devedores de todos os demais créditos e empréstimos cedidos pelo Banco, exceto os representados por títulos.

- “Instrumentos de dívida”: bônus e outros títulos que representam dívida para o emissor rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural.

- “Instrumentos de patrimônio”: instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, em entidades controladas ou em conjunto ou coligadas.

- “Outros Ativos”: referem-se basicamente a saldos a receber no curto prazo junto a entidades não consideradas como “Instituições Financeiras” ou “Clientes”.

- “Derivativos”: inclui o valor justo em favor do Banco dos derivativos que não foram designados como instrumento de cobertura (hedge) em estruturas de cobertura contábil dos instrumentos de hedge (hedge accounting).

vi. Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração

- Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos com o propósito de geração de resultado no curto prazo, derivativos não designados como instrumentos de cobertura (hedge) em estruturas de cobertura contábil (hedge accounting), e os passivos financeiros resultantes de venda direta de instrumentos de capital de propriedade de terceiros mediante compromisso de recompra (posições vendidas “short”).

- Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado: essa categoria inclui os passivos financeiros híbridos não classificados como “para negociação” e mensurados, em sua totalidade, ao valor justo. Os passivos financeiros também são classificados nessa categoria como o propósito de fornecimento de

informações mais relevantes aos usuários das demonstrações financeiras, seja por eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração (“divergências contábeis”) derivadas da mensuração de ativos ou passivos e reconhecimento de resultado em bases diversas, seja porque há um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros (ou ambos) que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no seu valor justo (de acordo em uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento).

- Passivo financeiro ao custo amortizado: passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, não incluídos em nenhuma das categorias anteriores e resultantes de atividades de captação de recursos realizadas pelas instituições financeiras.

vii. Classificação dos passivos financeiros para fins de apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas da demonstração da posição financeira consolidada:

- “Depósitos de instituições financeiras”: depósitos de qualquer natureza, inclusive operações de crédito e no mercado aberto, recebidos em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil.

- “Depósitos de clientes”: inclui os depósitos a prazo recebidos pelo Banco e todos os demais saldos credores do banco junto aos seus clientes.

- “Obrigações por títulos e valores mobiliários”: inclui o valor de dívidas representadas por títulos negociáveis, exceto passivos subordinados.

- “Obrigações por empréstimos no exterior”: inclui a captação de recursos junto a banqueiros no exterior.

- “Outros passivos financeiros”: são registradas nesta rubrica as oscilações das moedas estrangeiras utilizadas na conversão das operações de “câmbio” pronto para moeda funcional da entidade não liquidadas até a data de encerramento do exercício.

- “Derivativos”: inclui o valor justo a pagar pelo Banco nos derivativos que não foram designados como instrumento de cobertura (hedge) em estruturas de cobertura contábil dos instrumentos de hedge (hedge accounting).

c) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

i. Mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, exceto empréstimos e recebíveis, e instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente segura e derivativos que tenham como objeto instrumentos de patrimônio com estas características.

Todos os derivativos são reconhecidos na demonstração de posição financeira ao valor justo desde a data de fechamento da operação. Quando o valor justo é positivo, são reconhecidos como ativos; quando negativo, como passivos.

O valor justo na data do negócio equivale ao preço de transação. As mudanças do valor justo dos derivativos desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica “Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)” da demonstração consolidada de resultado abrangente. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros negociados em bolsa incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente. Se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses

derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

O valor justo dos derivativos negociados em mercado de balcão é considerado equivalente à soma dos fluxos de caixa futuros resultantes do instrumento, descontados a valor presente na data da mensuração (“valor presente”), adotando-se técnicas de avaliação comumente adotadas pelos mercados financeiros: Valor Presente Líquido - VPL, modelos de precificação de opções e outros métodos.

Os instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente segura e os derivativos financeiros que tenham de forma subjacente instrumentos de patrimônio com estas características e que sejam liquidados mediante a entrega desses instrumentos, são mensurados ao custo de aquisição, ajustado, conforme o caso, às perdas por não-recuperação relacionadas.

Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima do Banco ao risco de crédito relativo a esses ativos financeiros na data de cada uma das demonstrações financeiras.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, ágios ou deságios, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

ii. Mensuração dos passivos financeiros

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, conforme definido anteriormente.

iii. Técnicas de avaliação

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar seu valor justo:

Em milhares de Reais	2010		
	Cotações publicadas de preço em mercados ativos (Nível 1)	Modelos internos (Nível 2)	Total
Ativos financeiros para negociação	702.030	88.872	790.902
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	531.408	-	531.408
Ativos mantidos até o vencimento	423.348		423.348
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.045		1.045
Passivos financeiros para negociação	2.522	-	2.522

Em milhares de Reais

	2009		
	Cotações publicadas de preço em mercados ativos (Nível 1)	Modelos internos (Nível 2)	Total
Ativos financeiros para negociação	337.814	30.252	368.066
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	324.652	-	324.652
Ativos financeiros disponíveis para venda	252.875	-	252.875
Passivos financeiros para negociação	2.386	-	2.386

Instrumentos financeiros ao valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos (Nível 1), incluem ações de empresas listadas, posições vendidas e Futuros.

Quando as cotações de preços não podem ser observadas a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do valor justo de seus instrumentos financeiros. Na maioria dos casos, esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência (Nível 2). Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive à extrapolação de dados de mercado observáveis e técnicas de extrapolação. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros.

O Banco não apresentava em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 instrumentos financeiros mensurados com base em modelos internos que não utilizem substancialmente dados de mercado observáveis (Nível 3).

A seguir, os instrumentos financeiros apresentados ao valor justo cuja mensuração foi baseada em modelos internos baseados substancialmente em dados observáveis de mercado (Nível 2) em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

31 de dezembro de 2010

Em milhares de Reais

	Valores justos calculados utilizando		
	modelos internos	Técnicas de avaliação	Principais premissas
ATIVO:			
Ativos financeiros para negociação			
Instrumentos de dívida e Instr. de patrimônio:			
Ativos privados			
Debêntures	88.982	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis

31 de dezembro de 2009

Em milhares de Reais

	Valores justos calculados utilizando		
	<u>modelos internos</u>	<u>Técnicas de avaliação</u>	<u>Principais premissas</u>
ATIVO:			
Ativos financeiros para negociação			
Instrumentos de dívida e Instr. de patrimônio:			
Títulos privados			
Debêntures	30.252	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis

Na utilização de dados observáveis de mercado, assume-se que os mercados em que o Banco atua estão operando de forma eficiente e conseqüentemente, esses dados são representativos.

iv. Reconhecimento de variações do valor justo

Como regra geral, variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros classificados como “para negociação” são reconhecidas na demonstração consolidada de resultado abrangente na rubrica “Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)”.

v. Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Conforme mencionado anteriormente, os ativos financeiros de propriedade do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto empréstimos e recebíveis.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco, exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo, são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos no final dos exercícios:

31.12.2010

Em milhares de Reais

Ativo	Valor contábil	Valor justo
Investimentos mantidos até o vencimento	423.348	420.276
Instrumentos de dívida	423.348	420.276
Empréstimos e recebíveis:		
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	124.870	125.119
Empréstimos e adiantamento a clientes	184.070	184.070
Outros empréstimos e recebíveis	17.665	17.665
	<u>326.605</u>	<u>326.854</u>

31.12.2009

Em milhares de Reais

Ativo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e recebíveis:		
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	170.372	171.119
Empréstimos e adiantamento a clientes	108.856	108.856
Outros empréstimos e recebíveis	14.707	14.707
	<u>293.935</u>	<u>294.682</u>

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos no final dos exercícios:

31.12.2010

Em milhares de Reais

Passivo	Valor contábil	Valor justo
Passivo financeiro ao custo amortizado:		
Depósitos de instituições financeiras e demais clientes	1.395.066	1.396.009
Obrigações por títulos e valores mobiliários	182.546	182.546
Outros passivos financeiros	20.639	21.690
	<u>1.598.251</u>	<u>1.600.245</u>

31.12.2009

Passivo

Passivo financeiro ao custo amortizado:

	Valor contábil	Valor justo
Depósitos de instituições financeiras e demais clientes	650.790	650.859
Obrigações por títulos e valores mobiliários	6.287	6.287
Outros passivos financeiros	41.779	41.779
	<u>698.856</u>	<u>698.925</u>

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras / Depósitos de instituições financeiras: incluem os depósitos interfinanceiros e operações compromissadas de curto prazo que serão liquidadas nos prazos usuais de mercado (over night). O valor contábil apresentado para estes instrumentos se aproxima do seu valor justo.

- Empréstimos e adiantamentos a clientes: incluem saldos a liquidar pelos clientes decorrentes de operações em bolsas de valores. Tendo em vista os prazos de mercado para referidas liquidações, o valor justo e o valor contábil estão substancialmente próximos.

- Depósitos de clientes: o valor justo dos depósitos foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares. O valor justo dos depósitos a prazo com taxa variável foi considerado como próximo ao seu valor contábil.

- Obrigações por títulos e valores mobiliários: referidas operações possuem taxa flutuante substancialmente próxima de mercado ou estão substancialmente próximas de seus vencimentos.

d) Baixa de ativos e passivos financeiros

i. Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou parte aplicável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes) é baixado quando:

- o direito de receber o fluxo de caixa do ativo estiver vencido; ou
- o Banco transferiu o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se: (a) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou (b) o Banco não transferiu substancialmente ou reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas tenha transferido o controle sobre o ativo.

ii. Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação em relação ao passivo é eliminada, cancelada ou vencida. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado.

e) Apresentação líquida de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

f) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

As perdas em ativos financeiros não classificados como “para negociação” são reconhecidas quando há evidência objetiva de deterioração em ativo individualmente ou de um grupo de ativos com mesmas características (caso estes não sejam significativos para avaliação individual).

i. Ativos Financeiros avaliados individualmente

A cada data do balanço patrimonial, o Banco avalia se há alguma evidência objetiva de deterioração dos ativos. Este procedimento é aplicado a todos os ativos financeiros considerados individualmente significativos.

A evidência objetiva de deterioração existe se um ou mais dos seguintes eventos ocorreu:

- o devedor está passando por dificuldades financeiras;
- ocorrência de quebra contratual, ou inadimplência no pagamento de juros ou do principal;
- o Banco faz concessões à contraparte, por razões relativas à dificuldade financeira do mesmo, que são condições mais favoráveis se comparadas aquelas que o Banco negociaria em situações normais;
- alta probabilidade de que a contraparte entre em falência ou sofra reorganização societária; e
- evidência de deterioração no valor da garantia atrelada ao ativo.

As perdas em decorrência de redução ao valor recuperável são calculadas através do desconto do fluxo de caixa esperado do ativo utilizando sua taxa de juros efetiva original e por meio da comparação do valor presente resultante com o valor contábil atual do ativo, sendo esta diferença lançada imediatamente no resultado contábil do exercício. O valor contábil do ativo deteriorado no balanço patrimonial é reduzido através do uso de uma conta de provisão.

Se o valor da perda mensurada para um ativo deteriorado diminui num período subsequente e esta diminuição pode ser relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da redução do valor recuperável, o excesso é reconhecido através da redução da conta de provisão do ativo. A reversão é reconhecida em contrapartida ao resultado contábil do exercício.

Ativos financeiros (e a respectiva conta de provisão para deterioração) são normalmente baixados, mesmo que parcialmente ou no total, quando não há expectativa de recuperação destes valores.

ii. Ativos avaliados coletivamente

Os ativos financeiros avaliados coletivamente são divididos em dois grupos: provisões para ativos em atraso que estão abaixo do limiar da avaliação individual (provisões para deterioração coletiva) e perdas em ativos que foram incorridas, mas que não foram identificadas separadamente na data do balanço patrimonial (provisões latentes). Ativos financeiros avaliados individualmente que não possuam evidência de perda identificada e que não estão em atraso são agrupados de acordo com suas características de risco de crédito com o propósito de se calcular uma perda coletiva estimada. Isto reflete as perdas por deterioração incorridas na data do balanço patrimonial que só serão identificadas individualmente no futuro.

A provisão para deterioração coletiva é determinada levando-se em conta:

- a experiência histórica de perda em portfólios com características similares de risco de crédito;
- o período estimado entre a ocorrência da deterioração e a perda que está sendo identificada; e
- o julgamento da administração sobre a influência das condições econômicas e de crédito nos atuais níveis de perda registrados e verificação quanto à necessidade de incremento ou redução da provisão calculada com base na experiência histórica de perda.

g) Operações compromissadas

Compras (vendas) de ativos financeiros com base em um contrato de revenda (recompra) não opcional a preço fixo são reconhecidas no balanço patrimonial consolidado como financiamento concedido (recebido), com base na natureza do devedor (credor), sob a rubrica “Saldos no Banco Central do Brasil” ou “Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras” (“Depósitos do Banco Central do Brasil” ou “Depósitos de instituições financeiras”).

h) Ativos não correntes mantidos para venda

O Banco Fator classifica os ativos em não correntes mantidos para venda, quando seu valor contábil puder ser recuperado, principalmente, por meio de uma operação de venda e não pelo uso contínuo e que também satisfaçam aos critérios de classificação como mantidos para venda. Estes são avaliados pelo menor valor entre o saldo contábil e o valor justo, menos os custos de venda.

i) Ativo tangível

Ativo tangível inclui o valor de veículos, sistemas de processamento de dados, sistemas de comunicação, instalações e móveis e equipamentos de uso de propriedade das entidades consolidadas e benfeitorias em imóveis de terceiros, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e qualquer perda por redução no valor recuperável (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição adicionado de todos os custos incrementais necessários para colocar o ativo em local e condição de uso, sendo que os custos incorridos posteriormente com estes ativos são imediatamente reconhecidos na rubrica de “despesas administrativas”.

A depreciação é determinada pelo método linear com base na vida útil estimada em 5 anos para veículos e sistemas de processamento de dados, e 10 anos para sistemas de comunicação, instalações e móveis e equipamentos de uso. As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo prazo de vigência do contrato de aluguel.

As entidades consolidadas avaliam, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicação de que um ativo pode ser não recuperável (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável). Caso tal situação ocorra, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil remanescente (se a vida útil precisar ser re-estimada).

j) Ativo intangível

O ativo intangível representa ativos identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultem de um direito legal ou outro tipo de contrato que dê ao Banco o controle efetivo do ativo ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem provável a geração de benefícios econômicos futuros.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção, mais os custos para colocá-los em situação e condição de uso. Estes ativos são subsequentemente mensurados ao custo de aquisição menos qualquer amortização acumulada e quaisquer descontos ao valor recuperável.

São compostos substancialmente por softwares adquiridos junto a fornecedores externos. Esses gastos são amortizados pelo prazo de licenças desses softwares.

As entidades consolidadas reconhecem qualquer perda por redução ao valor recuperável deste grupo de ativos. Os critérios utilizados para reconhecer estas perdas são similares aos utilizados para ativos tangíveis (vide nota nº 2 i).

k) Provisões e ativos e passivos contingentes

Os Administradores das entidades consolidadas, ao elaborarem suas respectivas demonstrações financeiras, efetuaram uma distinção entre:

- Provisões: saldos credores representativos de obrigações presentes (legais ou presumidas) na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, embora o valor e/ou época sejam incertos.
- Passivos contingentes: possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não-ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das entidades consolidadas. Incluem as obrigações presentes das entidades consolidadas, caso não seja provável que uma saída de recursos será necessária para a sua liquidação.
- Ativos contingentes: ativos originados em eventos passados e cuja existência dependa, e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não-ocorrência, de eventos futuros que não estejam totalmente sob controle das entidades consolidadas. Ativos contingentes não são reconhecidos na demonstração de posição financeira, mas sim divulgados nas notas explicativas, exceto quando seja provável que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos que incorporem benefícios econômicos.

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco incluem todas as provisões substanciais em relação às quais se considere grande a possibilidade de que a obrigação tenha de ser liquidada. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes não devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas sim divulgados nas notas explicativas.

Provisões são utilizadas para suprir as obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas. Tais provisões são constituídas com base nas melhores informações disponíveis sobre os eventos que lhe deram origem, sendo revisadas e ajustadas (quando necessários) ao final do período. Provisões são total ou parcialmente revertidas quando essas obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

l) Reconhecimento de receitas e despesas

Os critérios mais significativos utilizados pelo Banco para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

i. Receitas e despesas com juros

As receitas de despesas de juros e similares, as comissões pagas ou recebidas que sejam componentes do retorno esperado da operação e todos os custos inerentes atrelados a originação do ativo ou captação do passivo são reconhecidas no resultado pelo prazo dos instrumentos financeiros originados (regime de competência) por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva.

ii. Receita de dividendos

Os dividendos recebidos de investimentos não considerados como sociedades coligadas ou controladas são reconhecidos como receita quando o direito de recebê-los for originado para as entidades consolidadas (deliberação do Conselho de Administração)

iii. Comissões e itens similares

As receitas e despesas de comissões são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado abrangente utilizando-se critérios que variam de acordo com as características das operações que as originaram. Os principais critérios são os seguintes:

- Receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, são reconhecidas no resultado quando pagas;
- As receitas ou despesas recebidas ou pagas em decorrência de prestação de serviço são reconhecidas de forma linear pelo período de tempo em que perdurar a prestação destes serviços;
- As receitas e despesas recebidas ou pagas em decorrência de prestação de serviço cujo valor seja incerto ou cujo estabelecimento do direito de receber ou pagar esteja condicionado a um ou mais eventos futuros cuja ocorrência seja incerta são reconhecidas em um único ato quando o valor a receber se tornar conhecido ou quando o evento futuro de fato se concretizar.

iii. Receitas e despesas não financeiras

São reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos ou custos fluirão para a entidade, respeitando o prazo e características da relação contratual que lhes deram origem.

m) Garantias financeiras

O Banco Fator emite garantias financeiras aos seus clientes, no curso normal dos seus negócios bancários.

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade, etc.

O Banco reconhece inicialmente as garantias financeiras prestadas no passivo do balanço patrimonial consolidado ao valor justo, que geralmente é o valor presente de taxas, comissões e juros a receber desses contratos ao longo de seu prazo, e, simultaneamente, os valores de taxas, comissões e juros a receber ao valor presente, caso estes não tenham sido liquidados no início do contrato.

Garantias financeiras, independentemente do avalista, da instrumentação ou de outras circunstâncias, são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por não-recuperação sobre instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado.

n) Ativos fiduciários e fundos de investimento administrados pelo Banco

As entidades consolidadas oferecem serviços fiduciários que resultam em custódia ou investimento de ativos em nome dos seus clientes. Ativos mantidos em capacidade fiduciária não são registrados nas demonstrações financeiras, já que estes não são ativos que pertencem às entidades consolidadas, porém os valores totais desses ativos são divulgados através de nota explicativa (vide nota nº 45 – Outras divulgações – títulos e valores mobiliários sob custódia).

Também por serem propriedades de terceiros, os fundos de investimento administrados pelo Banco não são apresentados nas demonstrações financeiras, sendo os valores de seus patrimônios líquidos divulgados na nota nº 45 – Outras divulgações – Recursos administrados não registrados no balanço.

o) Imposto de renda

A apuração das bases de cálculo tributáveis do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro foi efetuada tomando-se por base a legislação fiscal vigente para o período-base. As alíquotas aplicadas sobre as bases de cálculo apuradas são: imposto de renda 15%, com adicional de 10% e contribuição social de 15%.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários do Banco, conforme demonstrada na nota nº 25 – Passivos fiscais está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

A expectativa de recuperação dos créditos tributários é de três anos, estando portanto dentro do prazo permitido pela Resolução nº 3355/06 do Banco Central do Brasil. A compensação depende da natureza do crédito gerado, oriunda de prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporariamente indedutíveis, compostas por provisão para créditos de liquidação duvidosa e marcação a mercado.

A constituição, realização ou a manutenção dos créditos tributários são avaliadas periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a realização de tais valores.

A despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ é reconhecida na demonstração consolidada do resultado abrangente, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que sejam considerados prováveis que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço patrimonial a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas.

p) Contratos de seguros

O Banco Fator emite contratos a clientes contendo riscos de seguro. Contratos de seguro celebram um acordo pelo qual a seguradora aceita o risco significativo de seguro da outra parte (o titular da apólice), concordando em indenizar o segurado no caso da ocorrência de um evento futuro e incerto, previsto no contrato.

Contratos de seguros são contabilizados conforme abaixo:

Prêmios

Prêmios de seguro são reportados como receita durante o prazo dos contratos de seguro, baseados na proporção dos riscos suportados durante o período da operação. O prêmio não ganho (na proporção do negócio contratado) é calculado mensalmente em base pro-rata.

Os prêmios de resseguro são contabilizados no mesmo período dos contratos de seguros a que eles estão diretamente relacionados.

Os custos de originação relacionados com a emissão de novos contratos de seguros ou pela renovação são diferidos e amortizados durante o prazo de vigência destes.

Sinistros e recuperações de resseguros

Sinistros de seguro bruto incluem sinistros pagos e movimentações em passivos de sinistros não liquidados.

Sinistros de seguro brutos refletem o custo total dos sinistros avisados durante o ano, custos de regulação e sinistros ocorridos, mas ainda não avisados. Sinistros registrados durante o ano incluem os avisados e indenizados.

Os avisos dos sinistros são reconhecidos quando o pagamento é devido. Recuperações de resseguros são contabilizadas no mesmo período do referido aviso.

Avisos de contratos de seguros

Passivos de sinistros vigentes para contratos de seguro são baseados na importância segurada. Passivos de sinistros ocorridos, mas não avisados são registrados em base estimada, utilizando técnicas estatísticas apropriadas.

Um teste de adequação de passivo é executado para avaliar se o valor contábil de um passivo de seguro precisa ser aumentado, baseado em uma análise dos fluxos de caixas futuros. Ao realizar o teste de adequação do passivo, todos os fluxos de caixa contratuais são descontados e comparados com o valor contábil do passivo.

Caso seja identificada qualquer insuficiência, registra-se, imediatamente, uma provisão complementar àquelas já registradas na data do teste, em contrapartida ao resultado do período, primeiramente reduzindo-se ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros.

q) Demonstração dos fluxos de caixa

Os termos, a seguir, são usados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- Caixa e equivalentes de caixa: são representados por disponibilidades em moeda nacional ou em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva da aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança no valor justo, sendo utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo.
- Fluxos de caixa: são entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa.
- Atividades operacionais: são as principais atividades geradoras de receita de uma entidade e outras que não sejam atividades de financiamento ou de investimento.
- Atividades de investimento: são a aquisição e a alienação de ativos de longo prazo e outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.
- Atividades de financiamento: são atividades que resultam em mudanças no tamanho e na composição do patrimônio líquido e no endividamento da entidade.

r) Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis do Grupo iniciados após 1º de janeiro de 2010. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte do Grupo.

- Alterações ao IFRS 1: isenção limitada de divulgações comparativas do IFRS 7 na adoção inicial do IFRS¹
- Alterações ao IFRS 7: divulgações – transferências de ativos financeiros²
- IFRS 9 (alterado em 2010): instrumentos financeiros³
- IAS 24 (revisado em 2009): divulgações de partes relacionadas⁴
- Alterações ao IAS 32: classificação de direitos de uso⁵
- Alterações ao IFRIC 14: pagamentos antecipados de um requisito de fundeamento mínimo⁴
- IFRIC 19: Extinguindo passivos financeiros com instrumentos de patrimônio¹
- Melhorias ao International Financial Reporting Standards emitidas em 2010: referem-se a diversas alterações às IFRSs que o IASB não considera urgentes⁶

¹efetivo para exercícios iniciados em/ou após 1º de julho de 2010.

²efetivo para exercícios iniciados em/ou após 1º de julho de 2011.

³efetivo para exercícios iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2013.

⁴efetivo para exercícios iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2011.

⁵efetivo para exercícios iniciados em/ou após 1º de fevereiro de 2010.

⁶efetivo para exercícios iniciados em/ou após 1º de julho de 2010 e 1º de janeiro de 2001, conforme apropriado.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

O IFRS 9 Instrumentos Financeiros emitido em novembro de 2009 e alterado em outubro de 2010 introduz novos requerimentos para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.

- IFRS 9 requer que todos os ativos financeiros reconhecidos e que estão dentro do escopo do IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizados ou ao valor justo. Especificamente, instrumentos de dívida que são mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é o de receber os fluxos de caixa contratuais (ao invés de negociá-los antes dos vencimentos contratuais com o objetivo de reconhecer no resultado as variações dos seus valores justos), e que possuem fluxos de caixa contratuais que representam apenas pagamentos do valor principal e de juros sobre o principal a liquidar são geralmente mensurados ao custo amortizado. Todos os outros investimentos em instrumentos de dívida e de patrimônio são mensurados aos seus valores justos.

- O efeito mais significativo do IFRS 9 está relacionado à contabilização de mudanças no valor justo de passivos financeiros atribuíveis às mudanças no risco de crédito desses passivos. Pelo IFRS 9, para os passivos financeiros designados ao valor justo através do resultado, o montante das mudanças no valor justo de um passivo financeiro atribuível a variações no risco de crédito desses passivo é reconhecido no patrimônio líquido, a não ser que os efeitos dessas variações criem ou aumentem um descasamento contábil no resultado. Mudanças no valor justo atribuíveis a variações no risco de crédito de passivos financeiros não são subsequentemente reclassificadas para o resultado. Anteriormente, pelo IAS 39, o montante total da variação no valor justo de um passivo financeiro designado ao valor justo por meio do resultado era reconhecido no resultado.

O IFRS 9 é efetivo para períodos anuais que começam em (ou após) 1 de janeiro de 2013, sendo permitida a sua aplicação antecipada.

Os diretores do Banco Fator antecipam que o IFRS 9 será aplicado nas demonstrações financeiras consolidadas a partir do exercício iniciado em 1 de janeiro de 2013 e que a aplicação desse novo pronunciamento poderá ter um impacto significativo nos ativos e passivos financeiros do Grupo. Entretanto, não é praticável fornecer uma estimativa razoável do efeito até que uma análise detalhada seja realizada.

IFRS 7 – Transferências de Ativos Financeiros

As alterações ao IFRS 7 aumentam os requerimentos de divulgação de transações envolvendo transferência de ativos financeiros. Essas alterações têm o objetivo de fornecer maior transparência sobre exposições de risco quando um ativo financeiro é transferido, mas o cedente retém algum nível de exposição no ativo. As alterações também requerem divulgações quando transferências de ativos financeiros não são igualmente distribuídas durante o período reportado.

Os diretores do Banco Fator antecipam que essas alterações ao IFRS 7 não terão um efeito significativo nas divulgações do Grupo, já que não é usual a ocorrência de operações que envolvam a transferência de ativos.

IAS 24 (revisado em 2009) – Divulgações de Partes Relacionadas

O IAS 24 modifica a definição de uma parte relacionada e simplifica as divulgações para entidades relacionadas a governos.

As isenções de divulgações introduzidas pelo IAS 24 não afetam o Grupo, visto que o Grupo não é uma entidade relacionada a governos. Entretanto, divulgações relacionadas a transações com partes

relacionadas e os saldos nas demonstrações financeiras consolidadas podem ser afetados quando a versão revisada desse pronunciamento for aplicada em períodos contábeis futuros, pois algumas contrapartes que anteriormente não se enquadravam na definição de parte relacionada podem vir a se enquadrar no escopo do pronunciamento.

IAS 32 – Classificação de Direitos de Emissão

As alterações ao IAS 32 endereçam a classificação de certos direitos de emissão denominados em moeda estrangeira como instrumentos de patrimônio ou como passivos financeiros. Até o momento, o Grupo não possui acordos que se enquadrariam no escopo dessas alterações.

IFRIC 19: Extinguindo passivos financeiros com instrumentos de patrimônio

O IFRIC 19 fornece orientação em relação à contabilização para a extinção de um passivo financeiro pela emissão de um instrumento de patrimônio. Pelo IFRIC 19, instrumentos de patrimônio emitidos em acordos dessa natureza serão mensurados ao valor justo, e qualquer diferença entre o valor do passivo financeiro extinguido e o valor justo do instrumento de patrimônio emitido será reconhecido no resultado. Até o momento, o Grupo não possui transações dessa natureza.

4. Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Caixa	16	3.218
Depósito no exterior em moeda estrangeira	2.265	1.625
Depósitos junto ao Banco Central do Brasil	5.053	614
Outros	<u>11</u>	<u>8</u>
	<u>7.345</u>	<u>5.465</u>

Depósitos junto ao Banco Central do Brasil representam reservas livres em espécie e estão disponíveis para o uso do Banco Fator em suas operações diárias.

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Moeda:		
Real	5.080	3.840
Dólar norte-americano	1.874	1.485
Euro	<u>391</u>	<u>140</u>
	<u>7.345</u>	<u>5.465</u>

5. Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Classificação:		
Empréstimos e recebíveis	<u>124.911</u>	<u>170.503</u>
Provisão para perdas por não-recuperação ("impairment") - Nota 8	<u>(41)</u>	<u>(131)</u>
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, líquidos	<u>124.870</u>	<u>170.372</u>

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Tipo:		
Operações compromissadas	15.503	12.253
Operações de crédito	8.178	26.138
Depósitos judiciais	35.633	26.459
Negociação e intermediação de valores	65.597	105.653
	<u>124.911</u>	<u>170.503</u>

A movimentação da provisão para empréstimos e adiantamentos é apresentada na nota 8.

A nota 46 vii – Risco de liquidez- vencimento residual contém detalhes dos períodos de vencimento residual de empréstimos e adiantamentos.

6. Empréstimos e adiantamentos a clientes

a) Composição

A composição dos saldos da rubrica “empréstimos e adiantamentos a clientes” é a seguinte:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Empréstimos e recebíveis:		
Empréstimos e recebíveis ao custo amortizado	186.659	110.669
Provisão para perdas por não-recuperação ("impairment")- Nota 8	<u>(2.590)</u>	<u>(813)</u>
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquidos	<u>184.070</u>	<u>109.856</u>

A nota 46 vii – Risco de liquidez- vencimento residual contém detalhes dos períodos de vencimento residual de empréstimos e adiantamentos e das taxas de juros médias correspondentes.

Não existem empréstimos e adiantamentos a clientes em valores significativos sem datas de vencimento fixadas.

b) Detalhes

Apresentamos a seguir a composição dos empréstimos e adiantamentos a clientes por tipo de crédito, setor devedor e tipo de taxa de juros.

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Tipo de crédito:		
Empréstimo	149.303	34.000
Conta garantida	2.914	2.324
Adiantamento sobre contratos de câmbio (ACC)	19.300	2.010
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	4.026
Cessão de crédito	49	-
Títulos descontados	-	54.060
Outros créditos	15.093	14.249
Total	<u>186.659</u>	<u>110.669</u>

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Setor devedor:		
Comercial e industrial	155.748	91.453
Empréstimos a pessoas físicas	30.911	19.216
Total	<u>186.659</u>	<u>110.669</u>

c) Ativos não-recuperáveis

Os detalhes das variações no saldo dos ativos financeiros classificados como “empréstimos e recebíveis – empréstimos e adiantamentos a clientes” e considerados como não recuperáveis devido ao risco de crédito são os seguintes:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Saldo no início do exercício	-	-
Adições líquidas	1.475	4.791
Ativos baixados	-	(4.791)
Saldo no final do exercício	<u>1.475</u>	<u>-</u>

Esse valor, após a dedução das provisões correspondentes, representa a melhor estimativa do Banco do valor justo dos ativos não recuperáveis.

A seguir, os detalhes dos ativos financeiros classificados como “empréstimos e recebíveis – empréstimos e adiantamentos a clientes” e considerados como não recuperáveis devido ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2010 e classificados por tempo do valor vencido mais antigo:

	<u>2010</u>
Com saldos não vencidos ou vencimento inferior a 3 meses	-
Com saldos vencidos de:	
18 a 24 meses	1.475
Total	<u>1.475</u>

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 não havia ativos financeiros classificados como “empréstimos e recebíveis – empréstimos e adiantamentos a clientes” e considerados como não recuperáveis devido ao risco de crédito.

7. Outros empréstimos e recebíveis

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Classificação:		
Rendas a receber	7.853	11.409
Intermediação de operações de swap de clientes	1.528	1.467
Comissões a receber	579	630
Liquidações pendentes junto a instituições de mercado	7.705	353
Diversos	-	848
	<u>17.665</u>	<u>14.707</u>
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Moeda:		
Real	17.169	12.700
Dólar norte-americano	496	2.007
	<u>17.665</u>	<u>14.707</u>

A nota 46 vii – Risco de liquidez- vencimento residual contém detalhes dos períodos de vencimento residual de empréstimos e adiantamentos e das taxas de juros médios correspondentes.

8. Movimentação da provisão para empréstimos e adiantamentos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a provisão para empréstimos e adiantamentos (clientes e instituições financeiras) apresentou as seguintes movimentações:

Composição	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Provisão para empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras - (nota 5)	41	131
Provisão para empréstimos e adiantamentos a clientes -(nota 6)	2.590	813
	<u>2.631</u>	<u>944</u>
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Saldo inicial	944	6.533
Complemento de provisão:	1850	4.834
Reversão de provisão:	(163)	(10.423)
Saldo final	<u>2.631</u>	<u>944</u>

9. Instrumentos de dívida

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Classificação:		
Ativos financeiros para negociação	557.607	204.716
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	531.408	324.652
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	5.052
Investimentos mantidos até o vencimento	423.348	-
	<u>1.512.363</u>	<u>534.420</u>
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Tipo:		
Títulos do governo brasileiro	1.089.041	420.059
Outros títulos de dívida	423.322	114.361
	<u>1.512.363</u>	<u>534.420</u>

Em 31 de dezembro de 2010, títulos de dívida totalizando R\$ 60.869 (2009 – R\$ 24.204) foram utilizados para garantir operações com derivativos da Bolsa de Mercadorias & Futuros da Bolsa de Valores de São Paulo – BM&FBovespa e R\$ 42.912 (2009 – R\$ 15.322) para outras garantias.

10. Instrumentos de patrimônio

a) Composição

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Classificação:		
Ativos financeiros para negociação	231.554	141.870
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.045	247.823
	<u>232.599</u>	<u>389.693</u>
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Tipo:		
Ações de empresas nacionais	1.163	294.590
Cotas de fundos de investimento	231.436	95.103
	<u>232.599</u>	<u>389.693</u>

Ações de empresas nacionais - principais emissores	2010	2009
BM&F Bovespa	-	246.832
Eletrobrás	-	40.468
Ecodiesel	-	5.450
Funcine	1.045	992
Petrobrás	114	252
Outros	4	596
	<u>1.163</u>	<u>294.590</u>

b) Variações

As variações nos saldos da rubrica “Instrumentos de patrimônio – ativos financeiros para negociação” foram as seguintes:

	2010	2009
Saldo inicial	141.870	56.172
Adições (alienações) líquidas	157.485	39.013
Ajustes decorrentes de avaliação	<u>(67.801)</u>	<u>46.685</u>
Saldo no final do exercício	<u>231.554</u>	<u>141.870</u>

As variações nos saldos da rubrica “Instrumentos de patrimônio – ativos financeiros disponíveis para venda” foram as seguintes:

	2010	2009
Saldo inicial	247.823	122.228
Adições (alienações) líquidas	(284.564)	-
Ajustes decorrentes de avaliação	<u>37.786</u>	<u>125.595</u>
Saldo no final do exercício	<u>1.045</u>	<u>247.823</u>

11. Derivativos para negociação (ativo e passivo)

A composição, por tipo de risco inerente, do valor justo dos derivativos para negociação é a seguinte:

	2010		2009	
	Saldo devedor	Saldo credor	Saldo devedor	Saldo credor
Risco de taxa de juros	30	-	19.073	-
Risco de moedas estrangeiras	22	(516)	1.132	(711)
Risco de preços	1689	(2.006)	1.275	(1.675)
	<u>1.741</u>	<u>(2.522)</u>	<u>21.480</u>	<u>(2.386)</u>

A nota 45 – Outras divulgações – valores de referência e valores justos de derivativos contém detalhes sobre os valores referenciais e valores justos das operações de derivativos.

12. Ativos não correntes para venda

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Ativos não correntes para venda	-	1.900
	<u>-</u>	<u>1.900</u>

Em 31 de dezembro de 2009, o valor total dos ativos não correntes para venda refere-se a bens ativos não de uso.

13. Participações em coligadas

a) Composição

	<u>Participação em %</u>		<u>Investimentos</u>		<u>Resultado de equivalência</u>	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
UBR Sociedade Administradora de Cartões de Crédito S.A. ⁽¹⁾	0%	50%	-	667	-	-
Total			<u>-</u>	<u>667</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

⁽¹⁾ O Banco Fator detém 50% da participação societária da UBR Sociedade Administradora de Cartões de Crédito S.A. mas não possui, o controle, seja através de direito de veto ou outros itens de acordo de acionistas, portanto não existe a obrigatoriedade de consolidação.

b) Variações

As variações no saldo da rubrica “participações em coligadas” foram as seguintes:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Saldo no início do exercício	667	667
Baixa por alienação (1)	<u>(667)</u>	<u>-</u>
Saldo no final do exercício	<u>-</u>	<u>667</u>

(1) Em 28 de dezembro de 2010, o Banco Fator vendeu sua participação de 50% na UBR Sociedade Administradora de Cartões de Crédito S.A. para a Fator Holding Financeira S.A. Essa operação gerou ao Banco Fator um prejuízo de R\$ 667, registrado na rubrica “Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não circulantes destinados à venda” da demonstração do resultado.

c) Perdas por não-recuperação

Não foram contabilizadas perdas por não-recuperação em relação a investimentos em coligadas em 2010 e 2009.

d) Outras divulgações

A seguir, um resumo das informações financeiras da coligada (UBR Sociedade Administradora de Cartões de Crédito S.A.):

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Total do ativo	-	3.610
Total do passivo	-	(2.610)
Total do PL	-	(1.000)
Total das receitas	-	-
Lucro total	-	-

14. Ativo tangível

Os ativos tangíveis do Banco dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O Banco não tem ativos tangíveis mantidos como propriedade de investimento nem arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais. O Banco também não é parte de nenhum contrato de arrendamento financeiro durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

a) Composição

Os detalhes, por categoria, dos ativos tangíveis nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Perda por não- recuperação</u>	<u>Saldo líquido</u>
Terrenos e edificações	3.565	(1.889)	-	1.676
Sistemas de processamento de dados	17.901	(16.564)	-	1.337
Móveis e equipamentos de uso e veículos	3.694	(1.645)	-	2.049
Benfeitorias em andamento	7.434	(3.233)	-	4.201
Outros	1.078	-	-	1.078
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u><u>33.672</u></u>	<u><u>(23.331)</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>10.341</u></u>

	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Perda por não- recuperação</u>	<u>Saldo líquido</u>
Terrenos e edificações	3.526	(1.622)	-	1.904
Sistemas de processamento de dados	18.629	(11.174)	-	7.455
Móveis e equipamentos de uso e veículos	3.435	(1.454)	(2)	1.979
Benfeitorias em andamento	7.407	(3.238)	-	4.169
Outros	1.078	-	-	1.078
Saldos em 31 de dezembro de 2009	<u><u>34.075</u></u>	<u><u>(17.488)</u></u>	<u><u>(2)</u></u>	<u><u>16.585</u></u>

b) Variações

As variações na rubrica “ativo tangível” nos balanços patrimoniais consolidados foram as seguintes:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Custo:		
Saldos no início do exercício	34.073	32.642
Adições (baixas) líquidas	(401)	1.433
Perdas por não recuperação	-	(2)
Saldos no final do exercício	<u>33.672</u>	<u>34.073</u>
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Depreciação acumulada:		
Saldos no início do exercício	(17.488)	(12.410)
Baixas/ Depreciação líquida	(5.843)	(5.078)
Saldos no final do exercício	<u>(23.331)</u>	<u>(17.488)</u>

As despesas de depreciação foram contabilizadas na rubrica “depreciação e amortização”, na demonstração do resultado.

15. Ativo intangível – Ágio / Deságio

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo.

Para este efeito, a Administração estima o fluxo de caixa que está sujeito a vários fatores, como: (i) projeções macro-econômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve à probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente.

Baseado nas premissas descritas acima não foi identificada nenhuma perda do valor recuperável do ágio em 2010 e em 2009.

A composição do ágio é a seguinte:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Fator Seguradora S.A.	-	2.295
UBR Sociedade Administradora de Cartões de Crédito S.A.	-	166
	<u>-</u>	<u>2.461</u>

A movimentação do ágio no período findo em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 está apresentada abaixo:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Saldo no início do exercício	2.461	-
Aquisições:		
Fator Seguradora S.A.	900	2.295
UBR Sociedade Administradora de Cartões de Crédito S.A.	-	166
Realização do ágio (1)	<u>(3.361)</u>	<u>-</u>
Saldo no final do exercício	<u><u>-</u></u>	<u><u>2.461</u></u>

(1) A realização do ágio da UBR Sociedade Administradora de Cartões de Crédito S.A. é decorrente da venda da participação do Banco Fator S.A para a Fator Holding Financeira S.A. em 28 de dezembro de 2010. A realização do ágio da Fator Seguradora S.A. deve-se ao alcance durante o ano de 2010 da lucratividade futura projetada quando da constituição do ágio sobre a aquisição da Fator Seguradora.

16. Ativo intangível – outros ativos intangíveis

A composição do saldo da rubrica “outros ativos intangíveis” é a seguinte:

	<u>Vida útil estimada</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Com vida útil definida:			
Desenvolvimentos de Tecnologia de Informação	4 anos	10.295	9.816
Outros ativos	4 anos	3.822	2.879
Amortização acumulada		<u>(8.355)</u>	<u>(7.200)</u>
Saldos no final do exercício		<u><u>5.762</u></u>	<u><u>5.495</u></u>

As variações na rubrica “outros ativos intangíveis” foram as seguintes:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Custo:		
Saldos no início do exercício	12.695	9.883
Adições (baixas) líquidas	<u>1.422</u>	<u>2.812</u>
Saldos no final do exercício	<u><u>14.117</u></u>	<u><u>12.695</u></u>

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Depreciação acumulada:		
Saldos no início do exercício	(7.200)	(6.873)
Baixas/ Amortização líquida	<u>(1.155)</u>	<u>(327)</u>
Saldos no final do exercício	<u><u>(8.355)</u></u>	<u><u>(7.200)</u></u>

As despesas com amortização foram contabilizadas na rubrica “depreciação e amortização”, na demonstração do resultado.

17. Outros ativos

A composição do saldo da rubrica “outros ativos” é a seguinte:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Despesas antecipadas (1)	80.929	22.426
Valores a receber	2.434	12.618
Devedores diversos país (2)	54.017	14.535
Outros créditos	689	2.578
	<u>138.069</u>	<u>52.157</u>

(1) Referem-se principalmente a prêmios de seguros diferidos.

(2) Referem-se principalmente a prêmios de seguros a receber.

18. Depósitos de instituições financeiras

A composição, por classificação tipo dos saldos dessas rubricas é a seguinte:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado:	911.011	363.498
	<u>911.011</u>	<u>363.498</u>
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Tipos:		
Depósitos à vista	11	11
Depósitos a prazo	-	50.305
Operações compromissadas	834.476	231.985
Negociação e Intermediação de valores	76.524	81.197
	<u>911.011</u>	<u>363.498</u>

A nota 46 vii – Risco de liquidez- vencimento residual contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado.

19. Depósitos de clientes

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica “depósitos de clientes” é a seguinte:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Classificação:		
Passivo financeiro ao custo amortizado	484.055	287.292
	<u>484.055</u>	<u>287.292</u>

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Tipos:		
Depósitos à vista	3.312	2.581
Depósitos a prazo	416.967	217.849
Negociação e intermediação de valores	63.776	66.862
	<u>484.055</u>	<u>287.292</u>

A nota 46 vii – Risco de liquidez- vencimento residual contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado.

20. Obrigações por títulos e valores mobiliários

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica “obrigações por títulos e valores mobiliários” é a seguinte:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Passivos financeiros ao custo amortizado:		
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	138.219	6.287
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	44.327	-
	<u>182.546</u>	<u>6.287</u>

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, nenhuma dessas emissões foi convertida em ações do Banco ou obteve privilégios ou direitos que, em determinadas circunstâncias, as tornariam conversíveis em ações.

A nota 46 vii – Risco de liquidez- vencimento residual contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado.

As variações na rubrica “obrigações por títulos e valores mobiliários” foram as seguintes:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Saldos no início dos exercícios	6.287	-
Emissão	439.709	15.343
Resgate	(268.078)	(9.474)
Juros	4.628	418
Saldos no final dos exercícios	<u>182.546</u>	<u>6.287</u>

21. Outros passivos financeiros

A composição dos saldos dessa rubrica é a seguinte:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Relações interfinanceiras	37	-
Relações interdependências	146	75
Obrigações por empréstimos e repasses	17.722	2.000
Negociação e intermediação de valores	<u>2.734</u>	<u>39.704</u>
	<u>20.639</u>	<u>41.779</u>

A nota 46 vii – Risco de liquidez- vencimento residual residual contém detalhes dos períodos de vencimento residual de outros ativos e passivos financeiros em cada fim de exercício.

22. Detalhamento das provisões técnicas e despesas de comercialização por ramo - seguros

a) Provisões técnicas

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Passivos de seguros		
Provisão de prêmios não ganhos	86.214	23.365
Sinistros a liquidar	21.115	6.780
Sinistros ocorridos e não avisados	1.504	3.021
Outras provisões	<u>381</u>	<u>220</u>
	<u>109.214</u>	<u>33.386</u>

Receitas e despesas de comercialização diferidas

Ramos de atuação	Despesas de comercialização (1)		Receitas (1)	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Garantia Financeira	56	-	107	4
Garantia de obrigações públicas	2.369	199	6.771	1.224
Garantia de obrigações privadas	1.945	424	4.300	412
Garantia de concessões públicas	529	21	1.239	29
Garantia judicial	2.720	1.607	10.783	4.291
Responsabilidade civil de administradores e diretores - D&O	57	27	169	58
Riscos de engenharia	138	-	178	-
	<u>7.814</u>	<u>2.278</u>	<u>23.547</u>	<u>6.018</u>

(1) Registrado em “Outras receitas (despesas) operacionais” na demonstração do resultado do exercício consolidada.

b) Despesas de resseguros diferidas

<u>Ramos de atuação</u>	Despesas de resseguro diferida - seguros (1)	
	2010	2009
Garantia Financeira	364	14
Garantia de obrigações públicas	19.815	1.203
Garantia de obrigações privadas	12.959	3.934
Garantia de concessões públicas	3.914	90
Garantia judicial	33.706	13.598
Responsabilidade civil de administradores e diretores - D&O	856	292
Riscos de engenharia	763	-
	72.377	19.131

(1) Registrado em “Outras receitas (despesas) operacionais” na demonstração do resultado do exercício consolidada.

c) Cobertura de provisões técnicas de seguros

<u>Descrição</u>	2010	2009
Provisões técnicas - seguros	109.214	33.386
Exclusões		
Provisões técnicas - resseguros	(72.583)	(21.604)
Sinistros depositados judicialmente	(311)	(293)
Total das exclusões	(72.894)	(21.897)
Provisões técnicas para cobertura	36.320	11.489
Títulos de renda fixa - públicos, vinculados à cobertura das provisões	17.731	12.572
Quotas de Fundos de Investimentos, vinculados à cobertura de provisões técnicas	21.722	-
Suficiência apurada	3.133	1.083
Ativos Livres	224.308	22.396

d) Movimentação dos passivos de contratos de seguros

	2010	2009
Saldo Inicial	33.386	7.959
Riscos expirados/cancelados	(71.835)	(27.343)
Pagamentos de sinistros e benefícios	(711)	(146)
Provisão para adequação dos passivos	146.211	52.936
Ajustes decorrentes de estimativas	194	(1.202)
Atualização monetária e juros	1.969	1.182
Saldo Final	109.214	33.386

e) Movimentação dos ativos de resseguros (1)

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Saldo Inicial	22.922	2.763
Riscos expirados/cancelados	(35.835)	(14.468)
Provisão para adequação dos ativos	86.970	33.595
Ajustes decorrentes de reavaliações	2	-
Valor a receber	7.039	1.035
Variação Cambial	(8)	(3)
Saldo Final	<u>81.090</u>	<u>22.922</u>

(1) Registrado em “Outros ativos” no balanço patrimonial.

23. Provisões

a) Composição

A composição do saldo da rubrica “provisões” é a seguinte:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Provisões para passivos contingentes fiscais	24.132	25.441
Provisões para passivos contingentes cíveis	287	188
Provisões para passivos contingentes trabalhistas	211	365
Provisão para passivos contingentes sinistros	712	806
	<u>25.342</u>	<u>26.800</u>

b) Variações

As variações na rubrica “provisões” foram as seguintes:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Saldos no início dos exercícios	26.800	29.338
Constituição/transferência e (reversão)	(2.749)	(2.845)
Pagamentos	(316)	(317)
Atualização Monetária	1.607	624
Saldos no fim dos exercícios	<u>25.342</u>	<u>26.800</u>

c) Provisões para impostos e outras contingências e outras provisões

O Banco Fator e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito das instituições com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos.

O Banco Fator e suas controladas têm por políticas provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável.

As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

i) Obrigações legais e contingências tributárias e previdenciárias

Estão representadas, principalmente, pelo valor de R\$ 18.032 (R\$ 16.428 em 2009) registrado na Fator S.A. Corretora de Valores (“Fator Corretora”, controlada pelo Banco Fator), que questiona administrativamente o parecer emitido pela SRF - Secretaria da Receita Federal por meio da solução de consulta nº 10 de 26/10/2007 sobre a incidência de Impostos sobre a Atualização de Títulos Patrimoniais da Bolsa.

A Fator Corretora possuía provisão para ISS sobre Corretagens, no montante de R\$ 5.769 em 31 de dezembro de 2009, o qual foi revertido em 2010 após trânsito em julgado.

A Fator Seguradora S.A. (“Fator Seguradora”, controlada pelo Banco Fator) possui diversos processos de natureza fiscal classificados como de perda provável pelos consultores jurídicos, para os quais foi constituída provisão de R\$ 6.100 (R\$ 3.244 em 2009). O principal processo questiona judicialmente a dedutibilidade de despesas na base de cálculo da Contribuição Social em exercícios anteriores e também o imposto de renda na fonte sobre rendimentos de aluguéis e rendimentos sobre trabalho sem vínculo empregatício.

ii) Contingências trabalhistas

Compostas, principalmente, por demandas movidas por ex-funcionários com pedidos de horas extras e equiparação salarial. A provisão encontra-se registrada na Fator Seguradora e possuía, em 31 de dezembro de 2010, valor de R\$ 211 (R\$ 365 em 2009).

iii) Contingências cíveis

Relacionadas a processos cíveis referentes a prêmios de seguros, que montam em R\$ 287 (R\$188 em 2009), e a sinistros, que contam com provisão de R\$ 712 (R\$806 em 2009).

d) Passivos contingentes classificados como de risco de perda possível

Os processos judiciais e administrativos, que, com base na opinião dos consultores jurídicos e da administração, são classificados como de risco de perda possível, não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos são:

i) Contingências tributárias e previdenciárias

Ações Fiscais: Os processos judiciais e administrativos que, com base na opinião dos Consultores Jurídicos e da Administração, são classificados como perdas possíveis, não são reconhecidos contabilmente e referem-se basicamente a Ações Fiscais cujo montante em risco é de R\$ 16.935 (R\$ 13.822 em 2009). A principal ação refere-se a PIS/COFINS, despesas de captação no montante de R\$ 9.695

ii) Contingências trabalhistas

Compostas, principalmente, por demandas movidas por ex-funcionários com pedidos de horas extras e equiparação salarial. O montante em discussão em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 2.364 (R\$365 em 2009).

iii) Contingências cíveis

Referem-se a autuações efetuadas pelo órgão regulador e outros questionamentos referentes principalmente a prêmios de seguros cujo montante em risco é de R\$ 43 (R\$ 140 em 2009).

24. Outras obrigações

A composição do saldo da rubrica “outras obrigações” é a seguinte:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Provisões para salários e encargos	5.080	8.568
Comissões/ corretagens	26.505	8.031
Prestadores de serviços	824	7.614
Débitos de operações de seguros e resseguros	50.018	8.206
Diversos	<u>2.283</u>	<u>292</u>
	<u>84.710</u>	<u>32.711</u>
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Moeda:		
Real	84.515	29.893
Dólar norte-americano	<u>195</u>	<u>2.818</u>
	<u>84.710</u>	<u>32.711</u>

25. Passivos fiscais

a) Imposto de renda e contribuição social

O total dos encargos do exercício pode ser conciliado com o lucro contábil como segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro	247.760	89.731
Adições temporárias	68.695	30.653
Ajuste a mercado de TVM e derivativos	43.788	19.270
Provisão para outros créditos de liquidação	1.853	5.808
Ajustes de IFRS	10.750	(563)
Outras adições temporárias	12.304	6.138
Adições permanentes	9.398	6.428
Resultado de equivalência patrimonial	203	-
Outras adições permanentes	9.195	6.428
Exclusões temporárias	(47.374)	(47.581)
Ajuste a mercado de TVM e derivativos	(25.760)	(22.384)
Provisão para outros créditos de liquidação	(169)	(11.307)
Despesa com PIS e COFINS	(20.822)	(12.147)
Outras exclusões temporárias	(623)	(1.743)
Exclusões permanentes	(18.308)	(11.253)
Resultado de equivalência patrimonial	(50)	-
Outras exclusões permanentes	(18.258)	(11.253)
Base de cálculo antes da compensação de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	260.171	67.978
(-) Compensação 30% - prejuízo fiscal e base negativa IRPJ e CSLL	(49.142)	(1.598)
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	211.029	66.380
Provisão para IRPJ e CSLL - Corrente	(85.488)	(29.714)
Provisão para IRPJ e CSLL - Ajuste de períodos anteriores	498	-
Constituição/reversão de créditos tributários	12.474	8.244
Constituição/reversão de passivo diferido	6.815	(3.298)
Despesa com PIS e COFINS	(20.822)	(12.147)
Despesa com impostos sobre a renda	(86.523)	(36.915)

- (1) PIS e COFINS são considerados como componentes da base de lucro (base líquida de determinadas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, são contabilizados como impostos sobre a renda.

b) Imposto diferidos

Os dados dos saldos das rubricas “créditos tributários diferidos” e “passivos fiscais diferidos” são:

	<u>Dez/2009</u>	<u>Constituição</u>	<u>Realização/ reversão</u>	<u>Dez/2010</u>
Imposto de renda				
Prejuízo Fiscal e base negativa	-	8.079	(4.592)	3.487
Provisão para devedores duvidosos	772	550	(43)	1.279
Ajuste a mercado de TVM e derivativos	1.659	10.946	(8.307)	4.298
Provisão de despesas	680	2.951	(1.337)	2.294
Outros passivos	1.088		(450)	638
Total de imposto de renda	4.199	22.526	(14.729)	11.996
Contribuição social				
Prejuízo Fiscal e base negativa	-	4.902	(2.755)	2.147
Provisão para devedores duvidosos	463	275	(25)	713
Ajuste a mercado de TVM e derivativos	996	6.569	(4.986)	2.579
Provisão de despesas	408	1.770	(802)	1.376
Outros passivos	652		(270)	382
Total de contribuição social	2.519	13.516	(8.838)	7.197
Total do crédito tributário	6.718	36.042	(23.567)	19.193
Passivos diferidos		19.193		
Imposto de renda				
Ajustes ao valor de mercado	2.457	7.464	(9.034)	887
Ajustes de IFRS	57.984	7	(58.169)	(178)
Total de imposto de renda	60.441	7.471	(67.203)	709
Contribuição social				
Ajuste a mercado de TVM e derivativos	1.475	4.479	(5.422)	532
Ajustes de IFRS	34.649	4	(34.911)	(258)
Total de contribuição social	36.124	4.483	(40.333)	274
Total do passivo diferido	96.565	11.954	(107.536)	983

	<u>Dez/2008</u>	<u>Constituição</u>	<u>Realização/ reversão</u>	<u>Dez/2009</u>
Imposto de renda				
Provisão para devedores duvidosos	1.698	772	(1.698)	772
Ajuste a mercado de TVM e derivativos	(470)	4.409	(2.280)	1.659
Provisão de despesas	-	130	-	130
Contingências	-	1.638	-	1.638
Total de imposto de renda	1.228	6.949	(3.978)	4.199
Contribuição social				
Provisão para devedores duvidosos	1.008	463	(1.008)	463
Ajuste a mercado de TVM e derivativos	(438)	2.394	(960)	996
Provisão de despesas	-	78	-	78
Contingências	-	982	-	982
Total de contribuição social	570	3.917	(1.968)	2.519
Total do crédito tributário	1.798	10.866	(5.946)	6.718
Passivos diferidos				
Imposto de renda				
Ajustes ao valor de mercado	-	12.506	(10.049)	2.457
Ajustes de IFRS	26.639	31.345	-	57.984
Total de imposto de renda	26.639	43.851	(10.049)	60.441
Contribuição social				
Ajuste a mercado de TVM e derivativos	-	7.504	(6.029)	1.475
Ajustes de IFRS	15.983	18.666	-	34.649
Total de contribuição social	15.983	26.170	(6.029)	36.124
Total do passivo diferido	42.622	70.021	(16.078)	96.565

26. Participação dos acionistas minoritários

a) Composição

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Participação dos acionistas minoritários		
FAR - Fator Administradora de Recursos Ltda.	224	299
FAR S.A. DTVM	-	1
	<u>224</u>	<u>300</u>

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Lucro atribuível à participação minoritária		
FAR - Fator Administradora de Recursos Ltda.	224	-
	<u>224</u>	<u>-</u>

b) Movimentação

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Saldos no início do exercício	300	2.801
Lucro anual atribuído à participação minoritária	224	-
Alterações na participação acionária	(300)	(2.501)
Saldos no final do exercício	<u>224</u>	<u>300</u>

27. Ajustes de avaliação

Os saldos da rubrica “Ajustes ao valor de mercado” incluem os valores, líquidos do efeito tributário correspondente, dos ajustes de marcação a mercado dos ativos classificados como ativos financeiros disponíveis para a venda e são reconhecidos temporariamente no patrimônio e apresentadas na demonstração das mutações do patrimônio líquido até que sejam extintos ou realizados, quando são reconhecidos definitivamente na demonstração do resultado abrangente consolidada. Os valores advindos das controladas são apresentados, linha a linha, nas rubricas apropriadas, de acordo com sua natureza.

28. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 4.748.300 ações, divididas igualmente entre ações ordinárias e preferenciais nominativas.

b) Distribuição de dividendos

Em Atas AGE datadas de 06 de julho de 2010, 18 de outubro de 2010 e 06 de dezembro de 2010 deliberou-se, a distribuição de dividendos nos valores de R\$ 10.000, R\$6.000 e R\$ 5.700, respectivamente, correspondente a R\$ 2,64640 por ação.

Em 2009 deliberou-se a distribuição de dividendos no valor de R\$ 10.331, correspondente a R\$ 2,1755 por ação.

O estatuto social estabelece dividendo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado consoante a legislação em vigor. Os acionistas manifestaram formalmente sua decisão em dispensar o pagamento destes para o exercício de 2010.

c) Lucros acumulados

Conforme Resolução nº 3.605/08 do Banco Central do Brasil, o lucro apurado e não distribuído no período foi destinado à conta de reservas de lucros. Para atendimento à legislação societária, foi deliberada a destinação do saldo das reservas de lucros excedente ao capital social para aumento de capital no montante de R\$ 102.000, o qual encontra-se em processo de homologação pelo Banco Central do Brasil.

c) Reservas

Reserva legal

De acordo com as normas contábeis brasileiras, 5% do lucro do exercício é destinado à constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reserva estatutária

Conforme Resolução nº 3.605/08 do Banco Central do Brasil, o lucro apurado, não utilizado na constituição da reserva legal e não distribuído na forma de dividendos ou de juros sobre o capital próprio, foi destinado à conta de reserva estatutária.

29. Receitas com juros e similares

Receitas com juros e similares na demonstração consolidada do resultado compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os ativos financeiros, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo.

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Títulos e valores mobiliários	107.885	61.846
Títulos emprestados e operações compromissadas	3.637	15.189
Empréstimos e adiantamentos a clientes	19.430	29.178
Outras	<u>2.316</u>	<u>538</u>
	<u>133.268</u>	<u>106.751</u>

30. Despesas com juros e similares

Despesas com juros e similares na demonstração consolidada do resultado compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os passivos financeiros, inclusive remuneração em espécie, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo.

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Depósitos de instituições financeiras	2.884	10.085
Depósitos de clientes	29.312	17.989
Títulos tomados em empréstimo e operações compromissadas	47.095	25.640
Dívida emitida e outros fundos tomados em empréstimo	2.773	41
Outras	<u>2.414</u>	<u>982</u>
	<u>84.478</u>	<u>54.737</u>

31. Receitas e despesas de tarifas e comissões

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Receita com taxas e comissões		
Taxa de administração de carteiras	42.097	35.368
Taxas de corretagem	64.426	67.535
Taxas de subscrição	8.202	890
Rendas de outros serviços	2.061	19.923
Outras taxas recebidas	1.769	3.924
	<u>118.555</u>	<u>127.640</u>
Despesa com taxas e comissões		
Taxas de corretagem	11.237	11.629
Taxa de administração de carteiras	1.583	1.653
Taxa de custódia	983	2.126
Comissões	148	21
Outras taxa recebidas	1.801	905
	<u>15.752</u>	<u>16.334</u>
Receita líquida com taxas e comissões	<u>102.803</u>	<u>111.306</u>

32. Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)

Os ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros são compostos pelos valores dos ajustes de avaliação dos instrumentos financeiros, exceto aqueles atribuídos aos juros acumulados como resultado da aplicação do método dos juros efetivos e às provisões, e pelos ganhos ou pelas perdas resultantes da venda ou compra dos instrumentos financeiros.

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Rendas de ativos e passivos financeiros	58.587	82.561
Resultado na alienação de ativos e passivos financeiros	208.037	(24.950)
Resultado de ajuste a valor de mercado	(16.394)	2.990
Rendas(despesas) de mensuração do valor justo de derivativos	(4.678)	(5.853)
	<u>245.552</u>	<u>54.748</u>

33. Diferenças cambiais (líquidas)

As variações cambiais mostram basicamente os ganhos ou as perdas nas negociações de moedas estrangeiras e ganhos ou perdas com ativos e passivos em moeda estrangeira que são reconhecidas nas conversões de itens monetários indexados em moeda a estrangeira para moeda funcional do Banco.

34. Prêmios de seguros e movimentação de passivos de seguros

a) Composição

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Prêmios	148.617	66.410
Prêmios cedidos	(107.542)	(40.022)
Variação das provisões técnicas	<u>(9.678)</u>	<u>(3.103)</u>
	<u>31.397</u>	<u>23.285</u>

b) Composição por ramo

<u>Ramos de atuação</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
DPVAT	25.860	22.033
Garantia financeira	64	5
Garantia de obrigações privadas	1.690	644
Garantia de obrigações públicas	1.490	304
Garantia de concessões públicas	350	41
Garantia judicial	1.937	250
Responsabilidade civil de administradores e diretores	<u>6</u>	<u>8</u>
	<u>31.397</u>	<u>23.285</u>

35. Despesas de sinistros

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Sinistros	19.741	22.198
Recuperação de sinistros	2.108	(2.472)
Sinistros retidos	<u>370</u>	<u>(1.262)</u>
	<u>22.219</u>	<u>18.464</u>

36. Outras receitas (despesas) operacionais

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Multas	(355)	(526)
Reversões (1)	5.791	8.479
Despesa com comercialização de seguros	(937)	526
Variações Monetárias	7.306	715
Amortização de àgio/ deságio	(3.361)	-
Outros	(2.036)	(3.307)
	<u>6.408</u>	<u>5.887</u>

(1) Refere-se principalmente a reversão de comissões a pagar e reversão de provisão para contingências.

37. Despesas com pessoal

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Salários	53.847	47.339
Custos previdenciários	14.661	12.019
Benefícios	7.965	6.713
Outras despesas de pessoal	905	1.282
	<u>77.378</u>	<u>67.353</u>

38. Outras despesas administrativas

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Imóveis, instalações e materiais	9.657	8.505
Tecnologia e sistemas	15.736	11.942
Publicidade	2.841	2.212
Comunicações	8.008	6.741
Relatórios técnicos	33.116	31.080
Ajudas de custo e despesas de viagem	-	35
Tributos (exceto imposto de renda)	6.057	5.861
Outras despesas administrativas	6.188	7.403
	<u>81.603</u>	<u>73.779</u>

39. Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não circulantes destinados à venda

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Resultado na alienação ativos	(667)	4.651
Ganhos (prejuízos) líquidos	(667)	4.651

40. Resultado na alienação de ativos não circulantes destinados a venda

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Alienação de ativos não circulantes destinados à venda	(600)	-
Ganhos (prejuízos) líquidos	<u>(600)</u>	<u>-</u>

41. Partes Relacionadas

As partes relacionadas do Banco devem incluir, partes com controle conjunto sobre a entidade, empreendimentos em conjunto em que a entidade é um investidor e planos de benefícios pós-emprego para o benefício dos empregados de uma entidade ou de qualquer entidade que seja uma parte relacionada dessa entidade.

As transações ordinárias realizadas pelo Banco com as suas partes relacionadas foram as seguintes:

Operações/ Partes Relacionadas	Grau de relação	2010		2009	
		Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)
Depósitos à vista					
Fator Holding Financeira S.A.	Controlador	-	-	(47)	-
Fator Capital S.A.	Ligada	-	-	(11)	-
Depósito à prazo					
Fator Holding Financeira S.A.	Controlador	-	-	(200)	(3)
Fator S.A. Corretora de Valores (a)	Controlada	(63.194)	-	(91.643)	(1.090)
Fator Capital S.A.	Controlada	-	-	(2.918)	(263)
Investimentos					
Fator Holding Financeira S.A.	Controlador	-	(667)	-	-
Negociação e Intermediação de Valores					
Fator S.A. Corretora de Valores (a)	Controlada	-	-	(174)	-
Valores a pagar sociedades ligadas					
Fator Capital S.A.	Ligada	-	-	(36)	-

(a) Referem-se substancialmente a operações realizadas por conta e ordem de clientes.

a) Remuneração da Administração

Os administradores do Banco são remunerados através de Pró-Labore ou salários quando registrados sob regime CLT, que estão apresentados na rubrica despesas de pessoal.

Os honorários atribuídos, no período, ao pessoal chave da administração, são compostos conforme descrito abaixo:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Remuneração fixa	11.294	5.537
Remuneração variável	<u>2.109</u>	<u>1.725</u>
	<u>13.403</u>	<u>7.262</u>

O Banco não possui planos de benefício pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato, outros benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações.

42. Ativos oferecidos em garantia e garantias recebidas

<i>Ativos financeiros oferecidos em garantia:</i>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Instrumentos de dívida	103.781	39.526
Depósitos de instituições financeiras	<u>57.993</u>	<u>231.985</u>
	<u>161.774</u>	<u>271.511</u>

Garantias recebidas

Instrumentos de dívida - operações compromissadas	15.503	12.253
Garantias para operações de crédito	<u>138.397</u>	<u>118.575</u>
	<u>153.900</u>	<u>130.828</u>

43. Garantias prestadas e compromissos contratuais

O Banco oferece uma série de garantias para que seus clientes melhorem sua posição de crédito e estejam aptos a competir. O quadro a seguir apresenta todas as garantias em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

Como exigido, o “máximo valor potencial de pagamentos futuros” representa os valores de principal (notional) que poderiam ficar perdidos se houvesse inadimplência total das partes avalizadas, sem considerar recuperações possíveis de fianças mantidas ou prestadas, ou recuperações em recurso. Não há relação entre esses valores e as perdas prováveis sobre essas garantias. De fato, o “Máximo valor potencial de pagamentos futuros” excede significativamente as perdas inerentes.

Máximo valor potencial de pagamentos futuros

Passivos contingentes	<u>2010</u>	<u>2010</u>
Garantias e outras fianças		
Garantias financeiras	<u>51.967</u>	<u>36.284</u>
Total de passivos contingentes	<u>51.967</u>	<u>36.284</u>

São fornecidas aos clientes do Banco garantias financeiras em compromissos com terceiros. Há o direito de cobrar, dos clientes, o reembolso de qualquer valor que o Banco tenha de pagar devido a essas garantias. Além disso, pode ser mantido dinheiro em caixa ou outra garantia de alta liquidez para

esses compromissos. Esses contratos estão sujeitos à mesma avaliação de crédito realizada para os empréstimos.

A expectativa do Banco é de que essas garantias expirem sem a necessidade de adiantamento de dinheiro. Portanto, no curso normal dos negócios, o Banco espera que essas transações não tenham virtualmente nenhum impacto em sua liquidez.

Os critérios de risco para emissão de todos os tipos de garantias são, em geral, os mesmos que os usados para outros produtos de risco de crédito e, portanto, sujeitos aos mesmos padrões de admissão e rastreamento. As garantias fornecidas em nome dos clientes estão sujeitas ao mesmo processo de revisão de qualidade de crédito que qualquer outro produto de risco. Regularmente, pelo menos uma vez por ano, a solvência dos clientes é verificada, assim como a probabilidade de que essas garantias sejam executadas. Caso surja alguma dúvida sobre a solvência do cliente, provisões são debitadas no lucro líquido, no valor das perdas inerentes, mesmo que não haja nenhuma ação movida contra o Banco.

44. Índices operacionais

As instituições financeiras são obrigadas a manter capital regulador consistente com suas atividades, no mínimo 11% maior do que o capital exigido. Em julho de 2008, novas regras de medição de capital regulador, de acordo com a Abordagem Padronizada de Basileia II, entraram em vigor, incluindo uma nova metodologia de medição, análise e administração de risco de crédito e risco operacional. O índice deve ser calculado de forma consolidada, como demonstrado a seguir:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Risco de Crédito	107.692	53.585
Taxa de Juros	14.009	693
Risco Operacional	18.063	21.249
Risco de Moedas	50.971	10.204
Risco de Ações	<u>18.082</u>	<u>17.220</u>
Patrimônio de Referência Exigido	208.217	102.319
Patrimônio de Referência - PR	451.803	291.024
Excesso de patrimônio em relação ao limite	242.986	188.705
Índice de Basileia II (*)	23,80%	31,29%

(*) calculado de acordo com as exigências do Banco Central do Brasil.

45. Outras divulgações

a) Valores de referência (notional) e valores justos de derivativos para negociação

A composição dos valores de referência (notional) e/ou contratuais e dos valores justos dos derivativos para negociação mantidos pelo Banco é a seguinte:

	2010		2009	
	Valor de referência (notional)	Valor justo	Valor de referência (notional)	Valor justo
Derivativos de negociação				
Risco de taxa de juros e preços:				
Swaps de taxa de juros	5.000	31	-	-
Compra e venda de opções	170.337	(318)	188.453	18.673
Contratos a termo e de futuros	2.785.433	-	578.503	-
Risco de moeda estrangeira:				
Swaps de moeda estrangeira	8.000	(212)	7.286	(224)
Compra e venda de opções	47.994	(282)	115.250	645
Contratos a termo e de futuros	61.490	-	21.404	-

A composição dos valores de referência (notional) e/ou contratuais dos derivativos para negociação, por vencimento, é como segue:

	2010			2009	
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Swap	-	13.000	-	13.000	7.286
Opções	166.271	52.060	-	218.331	303.703
Contratos a termo e de futuros	120.308	1.818.282	908.333	2.846.923	599.907

Os valores de referência e/ou contratuais dos contratos celebrados não refletem o risco real assumido pelo Banco, uma vez que a posição líquida desses instrumentos financeiros decorre da sua compensação e/ou combinação. Essa posição líquida é utilizada pelo Banco principalmente para proteger a taxa de juros, o preço dos ativos subjacentes ou o risco cambial; os resultados desses instrumentos financeiros são reconhecidos em “Resultados de ativos e passivos financeiros (líquidos)” na demonstração consolidada do resultado abrangente e aumentam ou compensam, conforme o caso, o resultado do investimento protegido.

O Banco gerencia a exposição ao risco de crédito desses contratos através de acordos de compensação com as suas principais contrapartes e do recebimento de ativos em garantia das suas posições de risco.

b) Recursos administrados não registrados no balanço

Os recursos de terceiros administrados pelo Banco não registrados no balanço são os seguintes:

	2010	2009
Recursos de terceiros	7.729.487	5.649.265
Total	7.729.487	5.649.265

c) Títulos e valores mobiliários de terceiros sob custódia

Em 31 de dezembro de 2010, o Banco detinha sob custódia títulos de dívida e valores mobiliários de terceiros no valor total de R\$ 18.982 mil (R\$ 13.474.020 mil em 2009).

d) Valor equivalente em reais dos ativos e passivos

Os principais saldos em moeda estrangeira registrados no balanço patrimonial consolidado, baseados na natureza dos respectivos itens, são os seguintes:

	2010		2009	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	2.265	-	1.625	-
Outros empréstimos e recebíveis	496	-	2.007	-
Outras Obrigações	-	195	-	2.818
Total	<u>2.761</u>	<u>195</u>	<u>3.632</u>	<u>2.818</u>

e) Operações relevantes de clientes

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo ou contraparte atingiu 10% ou mais da receita total do Banco Fator em 2010 e em 2009.

46. Gestão de riscos

A gestão de riscos do Banco Fator tem suas políticas aderentes às melhores práticas de mercado, e está em linha com as diretrizes definidas pelo Banco Central. Sua abrangência é no âmbito das empresas ligadas ao Banco.

Foram estabelecidas políticas e procedimentos e implantados sistemas de gestão de riscos capazes de gerir, avaliar e mitigar os riscos inerentes aos seus negócios, proporcionando à Diretoria Executiva uma visão de todos os riscos incorridos.

As políticas de gestão de riscos do Banco Fator são destinadas a suportar a formulação do apetite ao risco, guiar os colaboradores e constituir procedimentos para monitorar, controlar, dimensionar e reportar os riscos à Diretoria Executiva. O Banco Fator revisa e atualiza regularmente suas políticas e sistemas de gestão de risco de forma a refletir mudanças nos mercados e produtos e a condução de melhores práticas.

i. Governança e responsabilidade sobre riscos

A gestão de risco do Banco Fator é de responsabilidade da Diretoria de Risco e Compliance, que responde diretamente à presidência do Conglomerado Fator. Dentro desta diretoria, há três gerências dedicadas à gestão de risco: uma direcionada para a gestão do risco de mercado e liquidez; outra para atuar como gestora do risco de crédito; e uma terceira focada na gestão do risco operacional.

ii. O apetite ao risco

A estrutura de apetite ao risco se refere a quanto e quais os tipos de risco que o Banco Fator está preparado para assumir na execução da sua estratégia. Ela é fundamental para a abordagem integrada

de risco, capital e gestão dos negócios e ainda suporta o Banco Fator na realização dos seus objetivos de rentabilidade sobre o capital. Além disso, é um elemento-chave no cumprimento das obrigações de requerimentos de capital vigentes.

A Diretoria Executiva do Banco Fator atribui métricas quantitativas para cada tipo de risco, sujeitas a limites operacionais alinhados com o tamanho do apetite ao risco e objetivos de rentabilidade sobre o capital, de forma a assegurar que:

- as atividades básicas das áreas de negócio possam ser guiadas e controladas, de modo que continuem alinhadas com a estrutura de apetite ao risco;

- as premissas fundamentais que sustentam o apetite ao risco possam ser monitoradas e, se necessário, ajustadas através dos ciclos de planejamento de negócios; e

- as decisões de negócios para mitigação dos riscos sejam colocadas em prática tão logo as evidências de risco sejam sinalizadas.

A estrutura de apetite ao risco é monitorada em bases contínuas pela Diretoria Executiva do Banco Fator.

iii. Cenários dos testes de estresse

Análises de cenário para testes de estresse são mecanismos importantes para entender a sensibilidade do capital e dos planos de negócio do Banco Fator em situações de eventos extremos, mas plausíveis. Além de considerar o efeito financeiro potencial sobre os planos de negócio, essa ferramenta fornece à Diretoria Executiva a possibilidade de estabelecer planos de ação para mitigar tais eventos, caso aconteçam.

Exercícios periódicos são realizados para comparar o capital requerido existente com o volume demandado por cenários de estresse, incluindo a deterioração do cenário econômico global de forma mais severa. Técnicas qualitativas e quantitativas são utilizadas para estimar o impacto potencial sobre a posição de capital sob tais cenários.

Estes instrumentos auxiliam na mitigação dos riscos apresentados por crises financeiras. Enquanto a predição de eventos futuros pode não cobrir todas as eventualidades, nem identificar precisamente os eventos futuros, cenários analisados no passado podem representar informações privilegiadas na identificação de ações necessárias para a mitigação de riscos quando eventos similares acontecerem.

iv. Risco de Mercado

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela instituição.

A gestão do risco de mercado é feita de forma centralizada por uma área que mantém independência em relação à mesa de operações. Os procedimentos básicos adotados para o gerenciamento desse risco são: (a) integridade na precificação de ativos e derivativos; (b) avaliação do risco de mercado pela metodologia Value at Risk e pela simulação de cenários; (c) acompanhamento de resultados diários.

O Banco Fator e suas controladas realizam operações que envolvem instrumentos financeiros derivativos, atuando em mercados organizados e de balcão, com objetivo de possibilitar uma gestão de risco de mercado adequada à sua política. Esses instrumentos são utilizados para hedge de posições, para atender à demanda de contrapartes e como meio de reversão de posições em momentos de grandes oscilações.

Para monitoramento do risco de mercado, o banco utiliza o Valor a Risco (V@R), o qual é calculado diariamente utilizando-se de técnicas estatísticas atuais de forma a estimar a perda financeira possível para um dia levando-se em conta que o comportamento do mercado será semelhante ao que ocorreu no passado recente. O modelo de V@R empregado se baseia na técnica de aferição paramétrica, com horizonte de tempo de um dia e intervalo de confiança de 99% monocaudal.

Outra abordagem utilizada na aferição do risco de mercado é o Stress Test, uma técnica que visa analisar o impacto de variações extremas nos preços dos ativos e derivativos. Esta abordagem de análise tem por objetivo preservar o patrimônio do banco em situações de mercado consideradas atípicas e que, embora difiram do padrão estatístico histórico, podem estar dentro do espectro de possibilidades consideradas pontuais pela Área de Risco de Mercado.

Os limites de risco de mercado são definidos utilizando o conceito de orçamento de risco, ou seja, a rentabilidade em reais dos últimos 21 dias úteis (janela móvel) somada ao valor calculado em reais do risco (V@R ou stress) não deve registrar um prejuízo maior do que o orçamento de risco.

Para o cálculo e monitoramento destas estatísticas, o Banco Fator utiliza um sistema adquirido junto a fornecedor externo em conjunto com sistema desenvolvido internamente.

Não foi registrado nenhum desenquadramento destes controles de orçamento de risco nos últimos 12 meses desde a data base do balanço.

O valor do V@R apurado pela área de risco na data base do balanço foi de R\$ 4,7 milhões, sendo que a média ao longo do ano de 2010 ficou em R\$ 1,7 milhões. Esta estatística se manteve sempre bastante abaixo do limite definido pela diretoria do Banco Fator.

Com relação à distribuição do V@R entre os diferentes fatores de risco, segue abaixo tabela de V@R marginal na data base do balanço em milhares de reais e o percentual em relação ao V@R total.

	<u>\$ Marginal</u>	<u>% Marginal</u>
Renda variável	2.928	62,6%
Câmbio	286	6,1%
Juros	1.466	31,3%

v. Risco Operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui também o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O processo de gestão do risco operacional tem início a partir da aplicação de uma metodologia própria para o mapeamento dos riscos e controles existentes nos processos. Quando necessário, são elaborados planos de ação para mitigação das principais ameaças identificadas nos processos. As etapas do gerenciamento de risco operacional são: identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos, comunicação e plano de ação.

Adicionalmente, é obrigatório o registro no sistema de base de dados de perdas operacionais e de gestão de risco operacional dos eventos ocorridos nas instituições. Esse procedimento tem como

finalidade primária a formação de uma base de dados para proporcionar informações suficientes para a identificação das causas e mitigação dos riscos

A conjugação das ações de mapeamento e monitoração dos riscos com as informações obtidas pelos registros das perdas incorridas permite uma melhoria contínua nas políticas e nos procedimentos adotados, bem como a redução dos riscos existentes.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional do Conglomerado Fator identifica as linhas de reporte, assegura a comunicação apropriada e oferece ferramentas e sistemas que permitem o adequado gerenciamento de risco operacional.

a) Na estrutura de gerenciamento de risco operacional

Presidência

- Administrar as atividades das Empresas do Conglomerado Fator, orientando-as para a consecução dos objetivos e metas estabelecidas.
- Delegar autoridade aos níveis envolvidos em atividades de riscos para gerenciamento e solução de problemas.
- Aprovar a Política de Gerenciamento de Riscos, a estrutura e o modelo de gestão definidos para o monitoramento dos riscos
- Deliberar sobre questões que envolvam o controle e gerenciamento de riscos que possam afetar a “performance” do sistema ou das empresas do Conglomerado.

Reunião de Controles Internos e Riscos

- Analisar ocorrências, alterações planejadas de procedimentos, criação de novos produtos, mudanças na legislação ou qualquer fato que possa implicar nos riscos associados às atividades das Empresas do Conglomerado Fator.
- Recomendar às respectivas áreas das Empresas do Conglomerado Fator a adoção de medidas que venham a sanar as irregularidades ou prevenir e mitigar eventuais ocorrências de riscos operacionais no desempenho de suas atribuições.
- Deliberar sobre as ocorrências que possam afetar o desempenho do sistema de gerenciamento de riscos operacionais, incluindo as necessidades de treinamento, envolvendo aspectos conceituais, operacionais e comportamentais.
- Aprovar as metodologias e ferramentas de medição e controle dos riscos operacionais e comportamentais.
- Aprovar as metodologias e ferramentas de medição e controle dos riscos operacionais.

Gestor de Risco Operacional

- A área de Gestão de Risco Operacional exerce uma função específica de gerenciamento de risco operacional e atua de forma independente das áreas de Negócios. Esta área está diretamente subordinada à Diretoria de Gestão de Riscos.
- Responsável por gerenciar e acompanhar o desempenho do sistema, avaliando e promovendo ações para corrigir eventuais desvios, de forma a manter a aderência do sistema de riscos em relação aos objetivos e metas das Empresas do Conglomerado Fator, ou a legislação pertinente.
- Prover adequado entendimento e visualização dos riscos associados ao negócio.
- Recepcionar, analisar e controlar as ocorrências registradas, objetivando a solução, controle ou mitigação do risco operacional identificado nas respectivas áreas.
- Elaboração anual do relatório do Sistema de Gerenciamento do Risco Operacional, em atendimento a Resolução CMN 3.380.
- Avaliar e apresentar na Reunião de Controles Internos e Riscos, o relatório específico das ocorrências relevantes.

- Analisar os itens apontados nos relatórios de Auditoria e instruções no sentido de sanar as deficiências identificadas.

Áreas de Identificação de Riscos

Os funcionários colaboradores lotados nas áreas responsáveis pelo desenvolvimento dos processos devem:

- Observar as políticas e procedimentos aprovados pelas respectivas Diretorias;
- Executar as atividades de modo a minimizar a probabilidade de ocorrência dos riscos envolvidos;
- Identificar os riscos existentes nos processos que possam representar riscos na operacionalização de cada produto;
- Reportar a Área de Risco Operacional as ocorrências que envolvam deficiências ou não conformidades que possam representar riscos na operacionalização de cada produto.

vi. Risco de Crédito

a) Introdução ao tratamento do risco de crédito

Risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, a vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O processo de tomada de decisões garante agilidade e foco nas ações de crédito, levando em consideração oportunidades de negócios e mudanças de cenários. A prioridade tem sido fazer crescer o volume de ativos, maximizando a relação de risco/retorno. Para isso, o Banco Fator possui uma área independente para o gerenciamento de risco de crédito, seguindo as melhores práticas de governança. Em consonância com as práticas de referência do mercado, o Banco continua aperfeiçoando seus controles e modelos de análise. Em atendimento à Resolução CMN nº 3.721 e ao novo acordo da Basileia, existem estruturas de comitês e comissões específicas para melhor gestão, controle e acompanhamento desse risco.

São realizados controles e acompanhamentos das políticas e normas de crédito, bem como de respectivos processos, restrições e limites estabelecidos, além da análise dos riscos e submissão às alçadas e aos comitês aprovadores. A política de crédito é formulada com base em análise de indicadores internos da carteira e dos processos de precificação e avaliação de empresas, e em fatores externos, relacionados à situação financeira das empresas e à conjuntura econômica do País e do Exterior. Há ainda monitoramento constante das exposições e contrapartes e elaboração de relatórios periódicos dos riscos da carteira de crédito para análise e tomada de decisão por parte da diretoria.

Exposição máxima ao risco de crédito

	<u>2010</u>	<u>2010</u>
Instrumentos de dívida	1.512.363	534.420
Instrumentos de patrimônio	232.599	389.693
Empréstimos e recebíveis	326.605	294.935
Garantias prestadas	51.967	36.284
	<u>2.123.534</u>	<u>1.255.332</u>

b) Ciclo de risco de crédito

As contrapartes de operações que geram exposição ao risco de crédito são monitoradas constantemente, seja através de consultas às agências de risco e/ou bureau de informações de crédito. As principais contrapartes são revisados internamente a cada três meses, e os ratings por pontualidade mensalmente pela Área de Crédito. Desta forma qualquer alteração no cenário macro-econômico ou suspeita de perda de liquidez da contraparte, cujo impacto dar-se-á na percepção de risco de crédito é detectado rapidamente, com consequência imediata no provisionamento da operação ou demais medidas prudenciais, que incluem a suspensão do limite de crédito ou ainda o pré-pagamento da operação vigente.

c) Medidas e ferramentas de mensuração

c.1) Classificações de qualidade de crédito (ferramentas de rating)

As operações são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco – levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação –, aos devedores e garantidores, a períodos de atraso e grupo econômico.

O rating interno é atribuído a todas as empresas com as quais o Banco Fator possua limite ou risco de crédito, como forma de atribuir o risco que a empresa apresenta com relação ao repagamento da operação.

A classificação de rating de um mesmo cliente ou grupo econômico deve ser definida através dos ratings AA a H, sendo AA o melhor rating e H o pior, conforme determinação do Banco Central do Brasil, considerando aquela que apresentar maior risco, admitindo-se excepcionalmente classificação diversa para determinada operação, considerando:

- Natureza e finalidade da transação;
- Característica das garantias, particularmente quanto a suficiência e liquidez; e,
- Valor.

O processo de atribuição de rating, nos casos em que os contrapartes são pessoas jurídicas, não se limita a análise dos indicadores financeiros, sendo mais amplo, analisando todos os aspectos da empresa, desde sua constituição, controle acionário e administração, passando pela análise financeira, até a análise de seu produto e mercado de atuação. A análise deve procurar o enquadramento da empresa em cada uma das variáveis componentes da Matriz de análise que considera os itens descritos abaixo:

1. Análise de Cadastro: Nesse primeiro item de análise o enfoque para atribuição das notas deverá ser nos dados de cadastro da empresa, que incluem: o tempo de constituição; patrimônio do acionista; relacionamento com o Banco Fator; restritivos nos órgãos de informação e no mercado; comportamento das garantias; histórico de concordata e renegociação de dívidas; e confiabilidade das informações financeiras.

2. Análise da Administração: A análise da Administração da empresa deve ser focada em todos os aspectos relacionados aos acionistas e o relacionamento dos mesmos com as atividades da empresa - processo de sucessão; composição da administração (conselho e diretoria) e forma de tomada de decisões. Os sub-itens que compõem esse item são: empresas ligadas / diversificação das atividades; controle acionário; administração; processo sucessório / relacionamento dos acionistas; e tomada de decisões.

3. Análise Financeira: Os aspectos a serem analisados na situação financeira deverão abranger os principais aspectos de balanço (índices e informações financeiras), além disso deverão ser observados

os aspectos financeiros que não estão no balanço, como acesso ao crédito junto a outras instituições financeiras, suporte do acionista ou matriz, passivos contingentes e operações de hedge.

Os sub-itens a serem analisados são acesso ao crédito; suporte financeiro da matriz / acionistas; consistência das informações financeiras, defasagem das informações contábeis / gerenciais; passivos contingentes; casamento de prazo e moedas; patrimônio líquido negativo; exigível total / patrimônio líquido; despesas financeiras líquidas / EBITDA (lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização); dívida bancária líquida / EBITDA anualizado; imobilização; inadimplência; e liquidez corrente.

4. Análise do Mercado / Produto e Perspectiva: Nesse item o foco da análise deve ser o tipo de produto que a empresa possui e o mercado de atuação da empresa, englobando os aspectos atuais dos produtos e do mercado e as perspectivas futuras. Os sub-itens a serem analisados são: mercado predominante; concentração de clientes; concentração de fornecedores; linhas de produtos; tecnologia / processos; riscos operacionais; setor com risco regulatório / ambiental / sanitário; perspectiva macroeconômica no curto, médio e longo prazo para o setor.

c.2) Garantias recebidas (mitigadoras da exposição máxima ao risco de crédito)

Conforme Política de Crédito vigente, as definições que regem as garantias aceitas pelo Banco Fator são as seguintes:

a) *Garantia*

É um dos fatores mais importantes para prevenir-se imprevistos como i) Fortes alterações no ambiente econômico; ii) Rápida degradação da situação financeira da empresa, conseqüentemente da qualidade do crédito; intempéries (enchentes etc.); e iii) Morte do dono ou do sócio principal da empresa.

As garantias como fatores mitigantes do risco, devem ser analisadas sob dois aspectos principais:

- ***Liquidez***

Ou seja, a capacidade de conversão da garantia em moeda. Nesse sentido, as garantias podem ser mais ou menos líquidas impactando no preço de conversão em moeda.

- ***Margem de Cobertura***

É a relação percentual, estabelecida pelo Comitê de Crédito, entre o valor da garantia e o valor da dívida.

Deve levar em conta, além do custo do dinheiro, a liquidez da garantia, ou seja, a sua maior ou menor conversibilidade.

As garantias bancárias utilizadas para as operações financeiras no Banco Fator são, normalmente, as garantias reais e as garantias pessoais. As garantias reais são aquelas que incidem sobre um bem ou coisa específica, e as mais usadas, são a hipoteca, o penhor (ou caução) e a alienação fiduciária. As garantias pessoais incidem sobre todo o patrimônio dos coobrigados, sem determinação expressa sobre um bem específico. Essas garantias só incidem sobre o patrimônio, o que torna um devedor insolvente, sem patrimônio, fora do alcance de qualquer medida de execução de contrato.

As garantias pessoais podem ser concedidas por pessoas físicas ou jurídicas, onde as mesmas assumem, a obrigação de honrar os compromissos assumidos na operação de crédito mantida com o cliente. As garantias pessoais utilizadas são a fiança e o aval. A fiança é um contrato autônomo e acessório de garantia, através do qual o fiador compromete-se a cumprir com as obrigações do afiançado perante o banco, e exige a qualificação das partes, só podendo ser formalizada, expressamente, por instrumento escrito – público ou particular. A fiança é um contrato que garante contratos (mútuo, abertura de crédito, etc.). O fiador responde com todo o seu patrimônio e tem o direito, se dele não abrir mão, ao benefício de ordem, ou seja, só poderá ter seus bens executados depois de executados os bens do afiançado. O aval é uma característica de um título de crédito, que permite a um terceiro, pela mera aposição de sua assinatura, aceitar ser coobrigado em relação às obrigações do avalizado. Se o aval não identificar o avalizado, o avalista estará garantindo o último devedor do título. O aval não exige a outorga do cônjuge ou a qualificação do avalista e não tem benefício de ordem, ficando o avalista coobrigado pelo pagamento total do título. O Banco se utiliza das garantias pessoais em quase todas as operações de crédito, muito embora representem uma mitigação mais baixa comparada a das garantias reais.

As garantias reais utilizadas nas operações são bens ou direitos de recebimentos dados em garantia de obrigações relativas às operações de crédito. As operações com recebíveis (caução) representam o segundo grande mitigador do risco de crédito no BANCO FATOR e está representado por contratos que os tomadores possuem com terceiros, duplicatas e direitos creditórios de modo geral. O penhor de direitos, dinheiro ou títulos de crédito também pode ser chamado de caução.

O penhor mercantil está classificado como demais garantias e tem como principal vantagem a possibilidade de uso em operações em que outras garantias não possam ser utilizadas (como no caso do crédito rural). Sua principal desvantagem está ligada à natureza ou ao valor dos bens que são objeto de penhor: depreciação, remoção, transporte, obsolescência, dificuldades de encontrar comprador etc. Essa garantia não é utilizada sempre que for possível constituir alienação fiduciária em garantia, uma vez que o penhor deve respeitar a preferência dos créditos privilegiados (trabalhistas e fiscais). O penhor mercantil ou industrial pode se constituir no estoque de matéria-prima ou de produto acabado, como bem objeto da relação.

O penhor é também, basicamente, um direito de privilégio na execução de um bem móvel. Tal como no caso da hipoteca, o bem deve ser descrito através de contrato formalizado por instrumento escrito, embora não exija a forma pública. Exige-se também o registro do contrato em cartório de Títulos e Documentos para cautela contra direitos de terceiros. O penhor pode seguir diferentes normas jurídicas: civil, mercantil, cedular etc. Entretanto, todas as modalidades usadas em operações do banco dispensam a exigência da entrega do bem para sua constituição, podendo ser constituído um fiel depositário para se responsabilizar pelo bem, em caso de necessidade.

Do quadro de garantias destacam-se a alienação fiduciária e a hipoteca, sendo que na primeira há a transferência ao credor da propriedade resolúvel do bem, ou seja, o credor terá o domínio do bem vinculado a um termo ou a uma condição resolutiva, já na segunda, um bem imóvel, do devedor ou terceiro, é dado em garantia para assegurar o pagamento de determinada dívida, sem que exista a transferência da posse do bem ao credor.

A hipoteca é o direito real de garantia classificado no quadro como “Bens Imóveis” que dá ao credor o privilégio na execução de um bem imóvel e de suas partes acrescidas. No Direito Civil brasileiro, imóvel é basicamente o terreno. As construções e os bens móveis que nele são colocados representam acessórios e podem incorporar-se ao imóvel. A hipoteca é um contrato formal, que exige a escritura pública (lavrada no livro próprio do cartório de Ofício de Notas) e o registro no cartório de Registro de Imóveis (RGI) da comarca em que estiver o bem, para sua constituição. Sua maior desvantagem é a preferência que sofre para credores trabalhistas e fiscais, que têm direito de receber antes dos credores hipotecários e o prazo de sua execução.

A alienação fiduciária em garantia incide sobre bens móveis, classificados no quadro como “equipamentos e bens” e, mais recentemente, imóveis e consiste na transferência da propriedade do bem para o credor enquanto durar a obrigação garantida. Essa característica permite que se afaste o direito dos credores privilegiados, uma vez que se tratam de bens de terceiros, estranhos ao patrimônio do devedor até a quitação da dívida. A alienação fiduciária, em princípio, não será atingida pela

falência ou concordata, por ser um bem estranho à massa falida. Em caso de falência, as chances de recuperação de crédito com garantia hipotecária ou pignoratícia são ainda mais remotas, uma vez que o quadro de classificação dos créditos a serem pagos, depois de todo o longo processo de sindicância, exige antes o pagamento de créditos trabalhistas e fiscais, despesas feitas por terceiros para conservação dos bens e encargos da massa.

c.3) Distribuição do risco de crédito

O perfil dos clientes do banco Fator é composto predominantemente por empresas do segmento (Empresas e Grandes Empresas). O fluxo de amortização da carteira de crédito (conceito amplo, que inclui também as operações de mercado de capital realizadas por clientes e intermediadas pelo Banco Fator) é predominantemente de curto prazo, com mais de 50% vencíveis em até 1 ano.

Em relação ao segmento de atuação das contrapartes das operações de crédito, a concentração encontra-se, principalmente, nos ramos de Agrobusiness (42%), Imobiliário (25%) e Industrial (12%).

d) Provisão para redução ao valor recuperável (impairment)

d.1) Introdução ao cálculo da provisão para redução ao valor recuperável

Em conformidade com as Normas Contábeis Internacionais, o Banco Fator avalia, a cada fechamento de balanço, a existência de qualquer evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresente problemas de recuperação, o que, caso ocorra, poderá levar a instituição a reconhecer uma redução do valor recuperável destes ativos.

Os procedimentos aplicáveis para mensuração do impairment, de acordo com o IAS 39, consideram as fases do ciclo de vida do instrumento financeiro, sendo estas: originação / aquisição de ativos financeiros, surgimento de evidências objetivas de impairment, renegociação de ativo financeiro e baixa para prejuízo.

Na originação ou aquisição de ativos financeiros, o Banco Fator não reconhece qualquer redução do valor recuperável do ativo (provisão), da mesma forma que não considera, para fins contábeis, perdas esperadas estimadas como resultado de eventos futuros e incertos, independentemente de sua probabilidade.

O surgimento de evidências objetivas de impairment indica possíveis problemas de recuperação em um ativo financeiro, ou um grupo de ativos financeiros. De acordo com as políticas internas do Banco Fator, os seguintes fatos são considerados pela instituição como “evidência objetiva de impairment”:

- Dívida com o Banco Fator vencida e não paga acima de 90 dias (qualquer valor);
- Classificação do cliente com rating BACEN igual a E, F, G e H;
- Status de monitoramento como ‘saída de risco’ < neste ponto, a instituição deve utilizar uma descrição comum ao mercado >;
- Falência decretada, autofalência ou recuperação judicial requerida;
- Ocorrência de renegociação com qualquer perda econômica.
- Red flags conforme Política de Crédito vigente: fatores administrativos como alterações de controle acionário, indisponibilidade de informações atualizadas, contabilidade incorreta, excentricidade no estilo de vida dos principais executivos, e alterações na estrutura

patrimonial e financeira da Cia, como crescimento do endividamento bancário, venda de ativos, violação de covenants, etc.

O desaparecimento de mercado ativo ou a redução significativa na liquidez de um instrumento de patrimônio ou instrumento de dívida de propriedade do Grupo pode vir a ser considerado como “evidência objetiva de impairment”. Para este fim, a área de risco de crédito avalia este acontecimento juntamente com outras potenciais evidências a fim de constatar se estes ativos necessitam ter seu valor recuperável reduzido (reconhecimento de impairment).

As garantias prestadas também estão sujeitas a perdas. No reconhecimento inicial, o Banco Fator reconhece a garantia como um passivo financeiro ao valor justo. Neste caso, sendo uma operação pactuada conforme os parâmetros de mercado, o valor justo é igual ao prêmio pago pela contraparte. Ao final de cada período de reporte, estas garantias financeiras são avaliadas quanto à probabilidade de que estas venham a ser honradas pelo Banco Fator.

No caso de garantias financeiras classificadas como “prováveis”, o valor presente do gasto exigido para liquidar a obrigação presente da instituição é reconhecido como um passivo.

Com relação ao risco de crédito de derivativos de balcão, há um controle por contraparte através do cálculo do risco potencial de cada operação (swaps, NDF's, opções, etc) levando-se em conta o valor apropriado até a data mais o stress de mercado calculado menos as garantias depositadas devido à chamada de margem pelo banco. Cada contraparte deve ter o risco potencial da somatória de todas as suas operações dentro do seu respectivo limite de crédito estabelecido pelo Comitê de Crédito do Banco Fator.

d.2) Provisão para redução ao valor recuperável – Avaliação individualmente significativa

Caso um “ativo individualmente significativo” apresente uma ou mais “evidências objetivas de impairment”, uma provisão é constituída pela diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa estimados.

Nos casos de empréstimos ou recebíveis que forem renegociados ou, mesmo, modificados devido a deterioração da capacidade de pagamento do tomador ou emitente, a mensuração no valor recuperável fará uso da taxa de juros efetiva original antes da modificação dos termos.

Uma vez evidenciado o impairment para uma operação, configura-se o arrasto, ou seja, todas as demais operações do mesmo cliente, bem como as relacionadas ao grupo econômico do qual faz parte, são submetidas a comitê para a análise. A decisão de reconhecimento contábil do impairment é embasada no fluxo de caixa previsto para estas operações.

Para determinar o nível de provisão, os seguintes fatores são geralmente considerados:

- A exposição agregada do Banco ao cliente;
- A viabilidade do modelo de negócio do cliente e a sua capacidade de comercialização com êxito sem dificuldades financeiras, gerando fluxo de caixa suficiente para cobrir suas obrigações;
- A capacidade do cliente em obter, e fazer pagamentos na moeda do empréstimo, se não denominados em moeda local;
- O montante e a data esperada dos recebimentos e cobrança;
- À medida que os compromissos com outros credores têm prioridade na liquidação, e a possibilidade de outros credores continuarem a apoiar a empresa;
- A complexidade em determinar o montante agregado por credor e a classificação de todos os direitos de credores, na medida em que incertezas legais e de seguros são evidentes;
- O valor da garantia e a possibilidade de realizá-la com sucesso;

- A existência de outros créditos mitigadores e a capacidade do cliente em entregar os mitigadores contratualmente acordados; e
- Quando disponível, o preço da dívida cotada em mercado secundário.

O nível de provisões para redução ao valor recuperável dos saldos individualmente significativos, definidos como material é revisado periodicamente. Isto normalmente engloba uma reavaliação de aplicabilidade da execução de garantias mantidas e antecipação de recebimentos.

As provisões para redução ao valor recuperável somente são reduzidas quando há evidências razoáveis e objetivas de alterações favoráveis nas estimativas de perda que foram previamente estabelecidas.

d.3) Ativos que estariam em prejuízo caso não tivessem sido renegociados

Operações de empréstimos e recebíveis com prazos renegociados correspondem as transações que foram reestruturadas em razão da deterioração da posição financeira dos tomadores, e nos casos em que o Grupo fez acordos e concessões que não consideraria em outras situações. O Valor contábil desses ativos em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 94 (em 31 de dezembro de 2009, não havia operações com essas características).

e) Baixa para Prejuízo (Write Off)

Para as situações em que se constata a não expectativa de recuperação dos ativos por parte da entidade, estes ativos são retirados do balanço do Grupo.

Especificamente para “ativos individualmente significativos”, a baixa a prejuízo será decidida com base em critérios julgamentais.

vii. Risco de Liquidez

O risco referente a situações potenciais de diminuição de liquidez também é monitorado pela Área de Risco e acompanhado pelo Comitê de Liquidez do Grupo, que se reúne, no mínimo, mensalmente. Este controle é feito para evitar que o Banco tenha dificuldades em honrar suas obrigações futuras de pagamento ou incorrer em custos de captação maiores que aqueles regularmente praticados.

O risco de liquidez é monitorado através de limite de caixa disponível mínimo e através das projeções diárias dos saldos de caixa levando-se em conta as liquidações dos fluxos futuros dos seus ativos e passivos, considerando diversos cenários de liquidez dos ativos e passivos de modo a gerenciar a sua liquidez de forma segura e com baixos custos.

31 de dezembro de 2010

	Em milhares de Reais						Total
	À vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	
Ativo:							
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	7.345	-	-	-	-	-	7.345
Instrumentos de dívida		24.229	172.559	1.471.071	-	6.634	1.674.493
Instrumentos de patrimônio	232.599	-	-	-	-	-	232.599
Empréstimos e valores a receber:							
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, bruto (nota 5)	35.632	82.700	3.967	3.479	162	-	125.940
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto (nota 6)	-	54.935	78.311	48.795	12.037	-	194.078
Outros empréstimos e recebíveis, (nota 7)	-	17.103	562	-	-	-	17.665
Total do ativo	275.576	178.967	255.399	1.523.345	12.199	6.634	2.252.120
Passivo:							
Passivos financeiros ao custo amortizado:							
Depósitos de instituições financeiras	11	911.000	-	-	-	-	911.011
Depósitos de clientes	67.087	26.211	178.003	200.455	6.381	-	478.137
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	152.867	29.679	-	-	-	182.546
Outros passivos financeiros		2.955	17.684	-	-	-	20.639
Total do passivo	67.098	1.093.033	225.366	200.455	6.381	-	1.592.333
Diferença (ativo e passivo)	208.478	(914.066)	30.033	1.322.890	5.818	6.634	659.787

31 de dezembro de 2009

	Em milhares de Reais						
	À vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	Total
Ativo:							
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	5.465	-	-	-	-	-	5.465
Instrumentos de dívida	-	67.099	69.094	443.135	-	83.168	662.496
Instrumentos de patrimônio	389.573	120	-	-	-	-	389.693
Empréstimos e valores a receber:							
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, bruto (nota 5)	30.959	117.432	11.089	11.813	3.345	-	174.638
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto (Nota 6)	-	61.693	22.218	31.083	3.082	5.468	123.544
Outros empréstimos e recebíveis, bruto (nota 7)	-	13.982	725	-	-	-	14.707
Total do ativo	425.997	260.326	103.126	486.031	6.427	88.636	1.370.543
Passivo:							
Passivos financeiros ao custo amortizado:							
Depósitos de instituições financeiras	11	343.250	20.237	-	-	-	363.498
Depósitos de clientes	69.443	30.108	125.592	59.635	3.026	-	287.804
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	3.039	3.248	-	-	-	6.287
Outros passivos financeiros	-	39.779	2.000	-	-	-	41.779
Total do passivo	69.454	416.176	151.077	59.635	3.026	-	699.368
Diferença (ativo e passivo)	356.543	(155.850)	(47.951)	426.396	3.401	88.636	671.175

viii. Riscos das operações de seguros

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Fator Seguradora S.A (Seguradora).

Entendemos ainda que a atividade de gerenciamento de riscos é altamente relevante em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados e também em função da globalização dos negócios. Por essa razão as atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos são aprimoradas continuamente, buscando as melhores práticas que são devidamente adaptadas à nossa realidade.

Risco é a incerteza inerente aos ganhos e perdas que podem ocorrer como resultado das decisões exigidas por toda a organização. Está relacionado à escolha, não ao acaso e a Gestão de Riscos é o enfoque estruturado que alinha estratégia, processos, pessoal, tecnologia e conhecimento, com o objetivo de avaliar e gerenciar essas incertezas como forma de criação de valor.

A crise econômica mundial transformou a gestão de riscos em uma das grandes prioridades de muitas empresas e governos. Representa um dos pilares da Política de Governança, iniciou-se já na criação da

companhia em 2008 e foi consolidada no final de 2010 após a implantação de melhorias nos processos e tecnologia.

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade aperfeiçoar o desempenho de uma companhia e proteger os stakeholders, a exemplo de acionistas, investidores, clientes, empregados, fornecedores etc., bem como facilitar o acesso ao capital, agregar valor à empresa e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência, equidade de tratamento dos acionistas e prestação de contas.

Nesse contexto, o Processo de Gerenciamento de Riscos da Seguradora conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação dos riscos.

Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com, políticas, comitês com funções específicas e estrutura diretiva dedicada, estabelecendo diretrizes e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos, voltados a estas atividades.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado na sua estrutura de Controles Internos e Compliance (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração.

A Seguradora está exposta aos seguintes riscos proveniente de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros, sendo eles Risco de seguro, Risco de crédito, Risco de liquidez, Risco de mercado e Risco operacional.

A estrutura do Processo de Gerenciamento de Riscos da Organização permite que esses riscos sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

a) Risco de Seguro

O gerenciamento de risco de seguros é um aspecto crítico no negócio. O principal risco é que a frequência ou severidade de sinistros seja maior do que o estimado. O risco de seguro inclui a possibilidade razoável de perda significativa devido à incerteza na frequência da ocorrência dos incidentes segurados bem como na gravidade das reclamações resultantes.

Para isso a Seguradora foca em dois tipos de estratégias:

Estratégia de subscrição

O risco de subscrição é oriundo de uma situação econômica adversa que contraria tanto as expectativas da sociedade seguradora no momento da elaboração de sua política de subscrição quanto às incertezas existentes na estimativa das provisões.

A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados. Essa estratégia estabelece as classes de negócios, regiões territoriais, e segmentos de mercado em que a Seguradora irá operar. Com base nas estratégias definidas, são elaboradas as políticas de aceitação e os processos de gestão de riscos dos contratos de seguros.

A política de aceitação de riscos abrange todos os ramos de seguros operados e considera a experiência histórica e premissas atuariais.

Estratégia de resseguro

Como forma de reduzir o risco foi definida a política de resseguro, a qual é revisada, no mínimo, anualmente. Dessa definição constam: os riscos a ressegurar, lista dos resseguradores e grau de concentração.

Os contratos de resseguro firmados consideram condições proporcionais e não proporcionais, de forma a reduzir a exposição a riscos isolados, além de termos facultativos para determinadas circunstâncias.

A Seguradora trabalha basicamente com três grandes grupos de seguros: seguro de danos, seguro de responsabilidades e seguros financeiros. Dentro destes grupos temos:

- Seguros de riscos patrimoniais - Este seguro oferece cobertura básica para danos causados por incêndios, queda de raios e explosão causada por gás empregado no uso doméstico (quando não gerado nos locais segurados) e suas consequências tais como desmoronamento, impossibilidade de proteção ou remoção de salvados, despesas com combate ao fogo, salvamento e desentulho do local.
- Seguros de riscos de engenharia - Este seguro dá cobertura a vários riscos decorrentes de falha de Engenharia nas suas diversas etapas. Existem várias modalidades deste seguro, cada qual com explicitação dos riscos cobertos: Instalação e Montagem, Obras Cíveis em Construção, Quebra de Máquinas, etc.
- Seguros de responsabilidades - Os contratos de seguros de responsabilidades asseguram ao segurado uma compensação na ocorrência de prejuízos, podendo abranger inclusive seus empregados e clientes. Os principais riscos relacionam-se a dados corporais e materiais. O Seguro de responsabilidade inclui, entre outros, responsabilidade geral/pública e de produto, responsabilidade de conselheiros e diretores, responsabilidade por erros e omissões e responsabilidade por cancelamento de eventos;
- Seguros financeiros – inclui o Seguro Garantia, anteriormente denominado Seguro Garantia de Obrigações Contratuais (GOC). É um seguro utilizado por órgãos da administração direta e indireta (federais, estaduais e municipais), públicos e privados, que devem exigir garantias de manutenção de oferta (em caso de concorrência) e de fiel cumprimento dos contratos e também para as empresas privadas que, nas suas relações contratuais com terceiros (fornecedores, prestadores de serviços e empreiteiros de obras), desejam garantir-se contra o risco de descumprimento dos contratos.

O gerenciamento dos riscos destes seguros é administrado principalmente, pela precificação, seleção de riscos e resseguro. Há monitoramento e reação de forma tempestiva às mudanças nos ambientes econômicos e comerciais, assegurando um alto padrão de análise e aceitação de riscos. Os departamentos técnicos monitoram e avaliam a exposição de risco sendo responsáveis pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros, resseguro e provisões técnicas de seguros e resseguros.

O montante de sinistros a liquidar em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 21.115 (R\$ 6.780 em 2009) e refere-se ao ramo DPVAT (R\$ 20.218 em 2010 e R\$ 5.590 em 2009) e sinistros em processos judiciais remanescentes do antigo controlador (R\$ 897 em 2010 e R\$ 1.190 em 2009), que estão sendo administrados em conjunto com advogados. Desde o início de suas operações a Fator Seguradora teve apenas um aviso de sinistro no valor de R\$ 225 em dezembro de 2010 que foi liquidado no mesmo mês, não havendo sinistros pendentes de liquidação.

b) Risco de Crédito

Risco de crédito é a possibilidade da contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Seguradora.

O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's entre outras. Além disso, a Seguradora possui seu próprio modelo de avaliação do risco de crédito com resseguradoras.

O objetivo do modelo interno de avaliação do risco de crédito com resseguradoras é avaliar a empresa sob uma perspectiva puramente financeira. Este modelo permite o uso de demonstrações encerradas da empresa para elaborar projeções de balanço, demonstração do resultado e fluxo de caixa, bem como um conjunto de indicadores econômicos e financeiros projetados. O modelo estabelece um rating de risco compilando todos os indicadores necessários para a avaliação da empresa sob a ótica do acordo de Basileia II inclusive.

A Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa estrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições de suas contrapartes de resseguro, limitando as resseguradoras que poderão ser usadas, e o impacto do inadimplemento das resseguradoras é avaliado regularmente.

c) Risco Operacional

A Seguradora define risco operacional como o risco de perda resultante de processos internos, erros e omissões pelos colaboradores, sistemas de informações inadequados ou falhos, extrapolação de autoridade dos colaboradores, desempenho insatisfatório, falhas na adoção dos critérios de subscrição, fraudes e de eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios.

A Seguradora possui um departamento para controles internos e processos, o qual é responsável pela identificação dos riscos e auxílio aos departamentos técnicos, responsável em conjunto pela formalização de processos, controles e sistemas de controles internos. Objetiva auxiliar na gestão dos negócios, promovendo visão gerencial de riscos, maior dinamismo e segurança nas operações de seguros através de uma política de “quatro olhos”, contribuindo para um melhor desempenho da Seguradora perante o mercado.

d) Riscos Financeiros

Os negócios de seguros do Grupo estão expostos a uma variedade de riscos financeiros, incluindo risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A natureza e o gerenciamento desses riscos estão descritos abaixo.

Aplicações financeiras	2010				2009			
	1 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de	Valor	Valor de	Valor de	Valor
	dias	Dias	dias	360 dias	Contábil	mercado	custo	Contábil
I. Títulos para negociações	23.959	528	25.657	213.617	263.761	263.761	278.969	28.949
Letras do Tesouro Nacional	1.444	-	25.657	45.626	72.727	72.727	72.907	7.820
Debêntures	-	-	-	37.059	37.059	37.059	37.430	2.234
Operações com Futuro (Nota 6)	-	-	-	-	-	-	-	2
Fundo de investimentos – abertos	130	-	-	-	130	130	130	120
Certificado de depósitos bancários - CDB	-	-	-	58.444	58.444	58.444	73.059	-
Certificado de recebíveis imobiliários – CRI	-	-	-	44.112	44.112	44.112	44.154	-
Fundo de Investimento em direito creditóri	-	-	-	8.990	8.990	8.990	8.990	-
Fundo de Investimento – DPVAT	21.722	-	-	-	21.722	21.722	21.722	-
Fundos exclusivos	663	528	-	19.386	20.577	20.577	20.577	18.773
Letras Financeiras do Tesouro	-	528	-	8.873	9.401	9.401	9.401	7.236
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	7.145	7.145	7.145	7.145	4.681
Ações de Companhias abertas	-	-	-	-	-	-	-	1.258
Debêntures	-	-	-	2.401	2.401	2.401	2.401	2.808
Fundo de Investimento em Direito	-	-	-	-	-	-	-	-
Creditório – FIDC	-	-	-	967	967	967	967	1.415
Fundo de investimentos – abertos	663	-	-	-	663	663	663	1.375
II. Títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	6.019
Letras Financeiras do Tesouro – DPVAT	-	-	-	-	-	-	-	6.019
Total	23.959	528	25.657	213.617	263.761	263.761	278.969	34.968

As subsidiárias de seguros estão expostas a riscos financeiros, como por exemplo, quando as receitas provenientes das vendas de seguros não são suficientes para financiar as obrigações decorrentes de contratos de seguros. Certas atividades relacionadas com seguros realizadas por subsidiárias do Grupo como corretagem de seguros, gerenciamento de seguros estão expostas a riscos financeiros, mas não de forma significativa, tendo em vista que a Seguradora mantém ativos financeiros acima de todos os limites mínimos estabelecidos pelo órgão regulador.

Os procedimentos de gestão de risco que refletem as condições locais de mercado e os requerimentos regulatórios são considerados pelas subsidiárias em adição as políticas aplicadas globalmente através do manual de instruções do Banco Fator.

O quadro a seguir analisa os ativos mantidos pelas subsidiárias de seguros, em 31 de Dezembro de 2010, por tipo de contrato, e proporciona uma visão panorâmica da exposição ao risco financeiro:

A tabela demonstra que aproximadamente 33,85 por cento dos ativos financeiros foram investidos em títulos públicos em 31 de dezembro de 2010 (2009: 73,66 por cento).

Os ativos mantidos para suportar os passivos dos produtos de seguros representam 14,96 por cento do total de ativos financeiros das subsidiárias do Grupo no final de 2010 (2009: 35,95 por cento).

Risco de Mercado

Produtos de seguros comercializados pelas subsidiárias do Grupo tipicamente incluem características ou combinações de características que podem não ser facilmente ou exatamente replicadas para os investimentos. O risco de mercado surge quando ocorrem descasamentos entre passivos e investimentos financeiros que os apóiam; por exemplo, descasamentos entre vencimentos e rendimentos de ativos e passivos originados pelo risco de taxa de juros.

Gerenciamento do risco de mercado

As entidades de seguros do Grupo gerenciam seus riscos de mercado utilizando as seguintes técnicas:

- A Seguradora com base nos seus passivos de curto prazo e reservas técnicas, concentra parte de seus investimentos em ativos de fácil liquidez no mercado.
- A Seguradora faz uso de contratos financeiros derivativos com o intuito de proteger suas posições ativas, basicamente LTN'S e CDB'S, de flutuações adversas nas taxas de mercado (Hedge);
- A Seguradora acompanha todos os investimentos identificados como de alto risco de mercado, gerenciando sua rentabilidade e variações de mercado.

O risco de mercado e liquidez associados à utilização de derivativos também é controlado pela Central de Riscos e “*Compliance*” do Banco Fator S.A., sendo um departamento autônomo que presta serviços internamente para todas as unidades de negócios das empresas do Banco Fator, calculando e gerenciando os riscos a que as mesmas possam estar sujeitas.

O controle de risco de mercado faz parte das atribuições da Central de Riscos e Compliance, assim como o risco operacional, de liquidez, de crédito e legal (este último controlado em conjunto com o departamento jurídico). As técnicas utilizadas para controle de risco de mercado são:

- “*Value at Risk (VaR)*” – procedimento estatístico que determina um intervalo de variação para o valor de “*portfólio*”, dada uma determinada confiança estatística e um intervalo de tempo.
- “*Stress Testing*” – procedimento que consiste em aplicar testes ao “*portfólio*”, oriundos de cenários pré-definidos (otimistas e pessimistas), recalculando-o em seguida, para observar o impacto advindo desses testes. Os testes podem ser obtidos de crises passadas, de comportamento possível, mas não provável futuro e de cenários já definidos pelos responsáveis pela “*Clearing*” de ativos da BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e disponíveis ao mercado.
- “*Stop Loss*” – procedimento que exige a zeragem de posições deficitárias acumuladas a partir de determinado volume de perdas acumuladas em um intervalo de 21 dias úteis.

As operações dos instrumentos financeiros derivativos são custodiadas, registradas e negociadas na BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, na CETIP – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, na SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia e na CBLC – Central Brasileira de Liquidação e Custódia, instituições de “*Clearing*” de alta confiabilidade e renome no mercado brasileiro.

Risco de Liquidez

É característica inerente a quase todos os contratos de seguro que exista incerteza sobre os montantes dos passivos reclamados que possam surgir e o período de sua liquidação e isso leva ao risco de liquidez.

Existem três aspectos a serem considerados no risco de liquidez. O primeiro deles nasce em condições normais de mercado e refere-se ao risco de liquidez, especificamente, a capacidade de obter caixa suficiente para cumprir o pagamento das obrigações, quando necessário. Em segundo lugar, o risco de liquidez de mercado ocorre quando um ativo não pode ser liquidado pelo valor aproximado de mercado. Finalmente, há o risco de liquidez padrão, que se refere a capacidade de satisfazer as condições de pagamento em situações anormais.

As principais saídas de caixa decorrentes de passivos reclamados das subsidiárias de seguros do Grupo são das seguintes fontes:

- Entrada de caixa oriundos de prêmios de novos negócios, renovação de apólices e prêmios de produtos recorrentes;
- Entrada de caixa decorrente de juros e dividendos de investimentos e reembolso de principal no vencimento de títulos de dívidas;
- Recursos do caixa; e
- Entrada de caixa proveniente da venda de investimentos.

As subsidiárias de seguros do Grupo gerenciam o risco de liquidez utilizando-se das seguintes técnicas:

- Correspondendo as entradas de caixa com as expectativas de saídas de caixa, utilizando projeções específicas de fluxo de caixa ou mais genericamente combinando o vencimento de ativos e passivos;
- Mantendo recursos suficientes em caixa;
- Aplicando em investimentos com boa qualidade de crédito em mercados ativos e líquidos para o grau que se propõem; e
- Monitorando a concentração de investimentos.

Cada uma dessas técnicas contribui para mitigar os três tipos de risco de liquidez detalhados acima.

A Seguradora possui um comitê de investimentos que se reúne trimestralmente, com o objetivo de avaliação dos investimentos. O risco de liquidez é avaliado pelo comitê que através de atas de reuniões, determina a permanência ou o resgate de investimentos.

47. Transição para o IFRS

a) Bases de preparação da reconciliação do patrimônio líquido, resultado abrangente e lucro líquido em 1º de janeiro de 2009

Foi definida a data de 1º de janeiro de 2009 como data de transição para o IFRS.

A reconciliação do patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, do resultado abrangente e do exercício findo naquela mesma data corresponde às práticas e políticas contábeis apuradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e as normas internacionais de contabilidade (IFRS).

As demonstrações financeiras do Banco Fator eram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais estão de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN). Estas práticas foram consideradas como o GAAP anterior, conforme definido pelo IFRS 1 (“First-time adoption of international financial reporting standards”) para a

preparação da reconciliação. O BR GAAP difere significativamente do IFRS em certos aspectos. Na preparação da reconciliação, a Administração utilizou seu melhor conhecimento das normas e interpretações, fatos e circunstâncias, e políticas contábeis que eram aplicáveis na primeira demonstração financeira preparada de acordo com o IFRS.

A posição e desempenho financeiro e os fluxos de caixa reportados foram afetados pela transição do BR GAAP para o IFRS. A transição não afetou o fluxo de caixa líquido nem as bases econômicas do negócio, embora o período no qual algumas receitas e despesas foram reconhecidas no resultado foi alterado.

A reconciliação entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e as normas internacionais de contabilidade (IFRS) está apresentada abaixo.

b) Balanço de abertura em 1º de janeiro de 2009

Balanço Patrimonial Consolidado em 1º de janeiro de 2009

Em milhares de Reais	01 de janeiro de 2009					
	BR GAAP	Reclassificações	Nota	Ajustes	Nota	IFRS
ATIVO						
DISPONIBILIDADES E RESERVAS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL	3.189					3.189
ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO	610.030	(320.241)		(1)		289.788
Instrumentos de dívida	474.170	(320.241)	e.ii	(1)	e.i	153.928
Instrumentos de patrimônio	56.173					56.173
Derivativos	79.687					79.687
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	-	320.241		-		320.241
Instrumentos de dívida	-	320.241	e.ii			320.241
ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	3.034	26.744		96.297		126.075
Instrumentos de dívida	3.034					3.034
Instrumentos de patrimônio	-	26.744	e.iv	96.297	e.iv	123.041
EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	319.625			(264)		319.361
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	155.253					155.253
Empréstimos e adiantamentos a clientes	138.489			(264)	e.vii	138.225
Outros empréstimos e recebíveis	25.883					25.883
ATIVO TANGÍVEL	17.200	3.041	e.v	(9)	e.vi	20.232
ATIVO INTANGÍVEL	(7.522)			10.532		3.010
Ágio	(10.532)			10.532	e.viii	-
Outros ativos intangíveis	3.010					3.010
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	21.156					21.156
Crédito Tributário Correntes	19.358					19.358
Crédito Tributário Diferidos	1.798					1.798
OUTROS ATIVOS	42.599	(29.785)	e.iv e.v			12.814
TOTAL DO ATIVO	1.009.311	-		106.555		1.115.866

Em milhares de Reais

01 de janeiro de 2009

	BR GAAP	Reclassificações	Nota	Ajustes	Nota	IFRS
PASSIVO EPATRIMÔNIO LÍQUIDO						
PASSIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO	68.158	-		-		68.158
Derivativos	68.158					68.158
PASSIVO FINANCEIRO AO CUSTO AMORTIZADO	612.700	-		-		612.700
Depósitos de instituições financeiras	248.306					248.306
Depósitos de clientes	294.358					294.358
Outros passivos financeiros	70.036					70.036
PASSIVOS POR CONTRATO DE SEGURO	7.959	-		-		7.959
Passivos por contrato de seguros	7.959					7.959
PROVISÕES	29.338	-		-		29.338
Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras provisões	29.338					29.338
PASSIVOS FISCAIS	10.364	-		42.622		52.986
Passivos Fiscais Correntes	10.364					10.364
Passivos Fiscais Diferidos				42.622	e.ii	42.622
OUTRAS OBRIGAÇÕES	13.907	-		-		13.907
TOTAL DO PASSIVO	742.426	-		42.622		785.048
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	128.000					128.000
Reservas	136.084			63.933	(a)	200.017
PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS	2.801					2.801
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	264.084					328.017
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.009.311	-		106.555		1.115.866

(a) Vide Conciliação do PL para a data de 01.01.2009 demonstrada abaixo.

Conciliação do patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2009

	Nota	
Patrimônio líquido em BR GAAP		264.084
Impairment no resultado	e.vii	(264)
Efeito de Variação Cambial	e.i	(1)
Valor Justo de Ativos Financeiros	e.iv	96.297
Baixa de bens tangíveis e intangíveis	e.vi	(9)
Reversão de deságio na aquisição de negócios	e.viii	10.532
Ajuste de impostos diferidos	e.ii	(42.622)
Patrimônio líquido em IFRS		<u>328.017</u>

c) Reconciliação das diferenças entre BR GAAP e IFRS em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Balço Patrimonial Consolidado em 31 de dezembro de 2009

Em milhares de Reais	31 de dezembro de 2009					IFRS
	BR GAAP	Reclas.	Nota	Ajustes	Nota	
ATIVO						
DISPONIBILIDADES E RESERVAS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL	5.464			1	e.i	5.465
ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO	693.357	(324.652)		(639)		368.066
Instrumentos de dívida	549.080	(343.551)	e.ix e.iii	(813)	e.x	204.716
Instrumentos de patrimônio	141.870					141.870
Derivativos	2.407	18.899	e.ix	174	e.ix	21.480
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO NO RESULTADO	-	324.652				324.652
Instrumentos de dívida	-	324.652	e.iii			324.652
ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	5.052	25.931		221.892		252.875
Instrumentos de dívida	5.052					5.052
Instrumentos de patrimônio	-	25.931	e.iv	221.892	e.iv	247.823
EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	295.044	-		(109)		294.935
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	170.372					170.372
Empréstimos e adiantamentos a clientes	109.965			(109)	e.vii	109.856
Outros empréstimos e recebíveis	14.707					14.707
ATIVOS NÃO CORRENTES PARA VENDA	1.900					1.900
Ativos não correntes para venda	1.900					1.900
PARTICIPAÇÃO EM COLIGADAS E CONTROLADAS	667					667
ATIVO TANGÍVEL	16.596			(11)	e.vi	16.585
ATIVO INTANGÍVEL	(2.576)	-		10.532		7.956
Ágio	(8.071)			10.532	e.viii	2.461
Outros ativos intangíveis	5.495					5.495
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	29.247					29.247
Crédito Tributário Correntes	22.529					22.529
Crédito Tributário Diferidos	6.718					6.718
OUTROS ATIVOS	78.170	(25.931)	e.iv	(82)	e.xi	52.157
TOTAL DO ATIVO	1.122.921	-		231.584		1.354.505

Em milhares de Reais

31 de dezembro de 2009

	BR GAAP	Reclassificações	Nota	Ajustes	Nota	IFRS
PASSIVO EPATRIMÔNIO LÍQUIDO						
PASSIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO	2.386	-		-		2.386
Derivativos	2.386					2.386
PASSIVO FINANCEIRO AO CUSTO AMORTIZADO	698.856	-		-		698.856
Depósitos do Banco Central do Brasil	-					-
Depósitos de instituições financeiras	363.498					363.498
Depósitos de clientes	287.292					287.292
Obrigações por títulos e valores mobiliários	6.287					6.287
Dívidas subordinadas	-					-
Outros passivos financeiros	41.779					41.779
PASSIVOS POR CONTRATO DE SEGURO	33.386	-		-		33.386
Depósitos do Banco Central do Brasil	33.386					33.386
PROVISÕES	26.800	-				26.800
Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras provisões	26.800					26.800
PASSIVOS FISCAIS	22.437	-		92.633		115.070
Passivos Fiscais Correntes	18.505					18.505
Passivos Fiscais Diferidos	3.932			92.633	e.ii	96.565
OUTRAS OBRIGAÇÕES	32.709	-		2	e.i	32.711
TOTAL DO PASSIVO	816.574	-		92.635		909.209
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	128.000					128.000
Reservas	178.047			138.949	(a)	316.996
						-
PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS	300					300
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	306.047					444.996
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.122.921			231.584		1.354.505

(a) Vide reconciliação do PL para a data base de 31.12.2009 abaixo.

Conciliação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009

Em milhares de Reais

	Nota	
Patrimônio líquido em BR GAAP		306.047
Impairment no resultado	e.vii	(109)
Taxa efetiva de juros	e.x	(813)
Provisão complementar de prêmios		(82)
Valor Justo de Ativos Financeiros	e.iv	221.892
Efeito de Variação Cambial	e.i	(1)
Ajuste de derivativos (Box)	e.ix	174
Baixa de Bens Tangíveis e Intangíveis	e.vi	(11)
Reversão de Deságio na aquisição de negócios	e.viii	10.532
Ajuste de impostos diferidos	e.ii	(92.633)
Patrimônio líquido em IFRS		444.996

Demonstração consolidada do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009

Em milhares de Reais

	31 de dezembro de 2009			
	BR GAAP	Ajustes	Nota	IFRS
Receitas com Juros e Similares	106.676	75	e.x	106.751
Despesas com juros e similares	(54.737)			(54.737)
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	51.939	75		52.014
Resultado de equivalência patrimonial				-
Receita de tarifas e comissões	128.528	(888)	e.x	127.640
Despesas de Tarifas e Comissões	(16.334)			(16.334)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	54.574	174	e.ix	54.748
Diferenças cambiais (líquidas)	(1.147)	(2)	e.i	(1.149)
Prêmios de seguros	23.285			23.285
Receitas (despesas) de sinistros e movimentação dos passivos de seguros	(18.464)			(18.464)
Outras receitas (despesas) operacionais	5.969	(82)	e.xi	5.887
TOTAL DE RECEITAS	228.350	(798)		227.627
Despesas administrativas :	-			-
Despesas com pessoal	(67.353)			(67.353)
Outras despesas administrativas	(73.779)			(73.779)
Depreciação e amortização	(6.016)			(6.016)
Provisões (líquidas)	2.845			2.845
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	707			707
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (líquidos) - Empréstimos e recebíveis	-	155	e.vi	155
Perdas por redução ao valor recuperável de outros ativos (líquidos)	-	(2)	e.v	(2)
Resultado na alienação de ativos não circulantes destinados à venda	-			-
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não circulantes destinados à venda	4.651			4.651
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO	89.405	(645)		88.835
Impostos sobre a renda	(37.110)	228	e.ii	(36.882)
LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	52.295	(417)		51.953

Demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de Reais	31 de dezembro de 2010					IFRS
	BR GAAP	Reclas.	Nota	Ajustes	Nota	
ATIVO						
DISPONIBILIDADES E RESERVAS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL	7.348			(3)	e.i	7.345
ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO	1.323.129	(531.408)		(819)		790.902
Empréstimos e adiantamento a instituições financeiras	-					-
Instrumentos de dívida	1.089.834	(531.408)	e.iii	(819)	e.x	557.607
Instrumentos de patrimônio	231.554					231.554
Derivativos	1.741					1.741
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO NO RESULTADO		531.408				531.408
Instrumentos de dívida	-	531.408	e.iii			531.408
ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	-	859	e.iv	186	e.iv	1.045
Instrumentos de dívida	-					-
Instrumentos de patrimônio	-	859	e.iv	186	e.iv	1.045
INVESTIMENTOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO	423.348					423.348
Instrumentos de dívida	423.348					423.348
EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	326.761	-		(156)		326.605
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	124.870					124.870
Empréstimos e adiantamentos a clientes	184.212			(142)	e.vii	184.070
Outros empréstimos e recebíveis	17.679			(14)	e.i	17.665
PARTICIPAÇÃO EM COLIGADAS E CONTROLADAS	-					-
ATIVO TANGÍVEL	10.341					10.341
ATIVO INTANGÍVEL	5.762	-		-		5.762
Ágio	-					-
Outros ativos intangíveis	5.762					5.762
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	46.930					46.930
Crédito Tributário Correntes	27.737					27.737
Crédito Tributário Diferidos	19.193					19.193
OUTROS ATIVOS	139.223	(859)	e.iv	(295)	e.xi	138.069
TOTAL DO ATIVO	2.282.842	-		(1.087)		2.281.755

Em milhares de Reais

31 de dezembro de 2010

	BR GAAP	Reclassificações	Nota	Ajustes	Nota	IFRS
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
PASSIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO	2.522	-		-		2.522
Derivativos	2.522					2.522
PASSIVO FINANCEIRO AO CUSTO AMORTIZADO	1.598.251	-		-		1.598.251
Depósitos do Banco Central do Brasil	-					-
Depósitos de instituições financeiras	911.011					911.011
Depósitos de clientes	484.055					484.055
Obrigações por títulos e valores mobiliários	182.546					182.546
Dívidas subordinadas	-					-
Outros passivos financeiros	20.639					20.639
PASSIVOS POR CONTRATO DE SEGURO	109.214	-		-		109.214
Depósitos do Banco Central do Brasil	109.214					109.214
PROVISÕES	25.342	-		-		25.342
Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras provisões	25.342					25.342
PASSIVOS FISCAIS	10.776	-		(435)		10.341
Passivos Fiscais Correntes	9.358					9.358
Passivos Fiscais Diferidos	1.418			(435)	e.ii/ e.x/e.xi	983
OUTRAS OBRIGAÇÕES	84.710	-		-		84.710
TOTAL DO PASSIVO	1.830.815	-		(435)		1.830.380
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	230.000					230.000
Reservas	221.803			(652)	(a)	221.151
						-
PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS	224					224
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	451.803					451.151
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.282.842	-		(1.087)		2.281.755

(a) Vide reconciliação do PL para a data base de 31.12.2010 abaixo.

Conciliação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de Reais

	Nota	
Patrimônio líquido em BR GAAP		451.803
Impairment no resultado	e.vii	(142)
Provisão complementar de prêmios	e.vii	(295)
Taxa efetiva	e.x	(819)
Valor Justo de Ativos Financeiros	e.iv	186
Efeito de variação cambial	e.i	(17)
Ajuste de impostos diferidos	e.ii	435
Patrimônio líquido em IFRS		451.151

Demonstração consolidada do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de Reais

	31 de dezembro de 2010			
	BR GAAP	Ajustes	Nota	IFRS
Receitas com Juros e Similares	132.189	1.079	e.x	133.268
Despesas com juros e similares	(84.478)			(84.478)
RECETA LÍQUIDA COM JUROS	47.711	1.079		48.790
Receita de tarifas e comissões	120.454	(1.086)	e.x	119.368
Despesas de Tarifas e Comissões	(15.752)			(15.752)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	245.726	(174)	e.ix	245.552
Diferenças cambiais (líquidas)	(266)	(15)	e.i	(281)
Prêmios de seguros	31.397			31.397
Receitas (despesas) de sinistros e movimentação dos passivos de seguros	(22.219)			(22.219)
Outras receitas (despesas) operacionais	17.153	(10.745)	e.viii	6.408
TOTAL DE RECEITAS	424.204	(10.941)		413.263
Despesas administrativas :	-			-
Despesas com pessoal	(77.378)			(77.378)
Outras despesas administrativas	(81.603)			(81.603)
Depreciação e amortização	(6.517)			(6.517)
Provisões (líquidas)	2.749			2.749
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	-			-
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (líquidos) - Empréstimos e recebíveis	(1.671)	(33)	e.vii	(1.704)
Perdas por redução ao valor recuperável de outros ativos (líquidos)	(13)	11	e.ii	(2)
Resultado na alienação de ativos não circulantes à venda	(600)			(600)
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não circulantes destinados à venda	(667)			(667)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO	258.504	(10.963)	e.vii	247.541
Impostos sobre a renda	(90.822)	4.384	e.ii	86.438
LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	167.682	(6.579)		161.103

d) Isenções eleitas e exceções aplicadas pela Administração na adoção do IFRS 1

O IFRS 1 deve ser aplicado quando uma entidade adota o IFRS na elaboração das suas demonstrações financeiras anuais pela primeira vez, com a declaração explícita e sem reservas de aplicação do IFRS. Em geral, o IFRS 1 requer que uma entidade siga as regras de cada uma das normas contábeis vigentes do IFRS na data de preparação de sua primeira demonstração contábil em IFRS.

O IFRS 1 concede isenções limitadas de seus requerimentos em áreas específicas para as quais o custo de geração de informações pode exceder os benefícios dos usuários das demonstrações financeiras. O IFRS 1 também proíbe a aplicação retrospectiva de certas normas contábeis do IFRS em algumas áreas, particularmente nas quais a aplicação retrospectiva pode requerer o julgamento da Administração sobre condições do passado e o conhecimento de transações já ocorridas.

O Banco Fator não utilizou as isenções permitidas pelo IFRS 1.

e) Sumário de certas diferenças entre BR GAAP e IFRS

e.i) Conversão de operações em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são convertidas na data de balanço pelas taxas de câmbio (PTAX) divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

De acordo com o IAS 21, as conversões de transações denominadas em moedas estrangeiras devem ser efetuadas pela taxa à vista da moeda. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional pela taxa de câmbio de fechamento em cada data base de preparação de demonstrações financeiras, sendo utilizada a cotação de “compra” para ativos e de “venda” para passivos.

e.ii) Efeito fiscal sobre os ajustes de IFRS

O IAS 12 requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis, exceto para impostos diferidos originados de reconhecimento inicial de ágios, reconhecimento inicial de um passivo originado ou ativo adquirido que não se qualifica como uma combinação de negócios e que na data da transação não afeta o resultado e não afeta o lucro (ou perda) para fins fiscais.

Os ajustes de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos calculados sobre os ajustes de IFRS foram refletidos na reconciliação.

e.iii) Reclassificação de instrumentos financeiros de acordo com a estratégia da organização

De acordo com a IAS 39 e com a OCPC 03, a classificação dos ativos e passivos financeiros deve ser efetuada em 5 categorias, de acordo com a estratégia da Administração. Sendo elas:

- Disponível para venda;
- Negociação;
- Mantidos até o vencimento;
- Empréstimos e recebíveis; e
- Passivos não destinados a negociação.

Dessa forma, foram reclassificados os instrumentos financeiros da categoria para negociação para a categoria outros ativos ao valor justo por meio do resultado que não foram frequentemente negociados, mas, por serem utilizados na eliminação de inconsistências contábeis no resultado, devem ser avaliados ao valor justo por meio do resultado.

e.iv) Investimentos avaliados pelo custo

O IFRS define que os investimentos onde haja influência significativa sejam contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Investimentos que não caracterizam influência significativa devem ser tratados como instrumentos financeiros e classificados de acordo com a IAS 39 (a valor justo contra o resultado ou disponíveis para venda).

Os títulos patrimoniais, que são da BMF Bovespa foram reclassificados para a categoria de ativos financeiros disponíveis para venda e posteriormente valorizados a valor de mercado conforme definido no IAS 39.

e.v) Benfeitorias em imóveis de terceiros

Conforme definido no parágrafo 6 do IAS 16 são considerados itens tangíveis os itens utilizados na produção de bens ou serviços, para aluguel a terceiros ou para fins administrativos.

Com base no exposto acima foi realizada a reclassificação do ativo referente às benfeitorias em imóveis de terceiros para o grupo de ativo tangível.

e.vi) Impairment de ativos não financeiros

Conforme definido no parágrafo 67 do IAS 16, o valor contábil de um item do imobilizado será baixado quando: (a) por ocasião da alienação; ou (b) quando não forem esperados benefícios econômicos futuros de seu uso ou alienação.

Com base no exposto acima foi realizada a baixa da totalidade de bens do escritório de Santa Catarina, que já foi desativado e não é mais utilizado para nenhuma operação do Banco Fator.

e.vii) Impairment de ativos financeiros

Conforme requerimentos do IAS 39 foram avaliados os instrumentos financeiros quanto à existência de evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros esteja sujeito a perda no valor recuperável.

Quando identificado evidência objetiva de deterioração do ativo, foi mensurada a perda de valor recuperável do ativo como a diferença entre a quantia contabilizada do ativo considerando os critérios estabelecidos pela Resolução Bacen nº2682, que dispõe sobre critérios para constituição de provisão para devedores duvidosos, e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontado pela taxa de juros original do ativo financeiro.

e.viii) Deságio – Participação em controladas

Conforme definido no parágrafo 34 do IFRS 3, um deságio é considerado como um ganho obtido em uma compra vantajosa e deve ser reconhecido diretamente como receita no resultado.

Dessa forma, foi realizada a baixa do deságio referente a compra da seguradora registrado no ativo contra o patrimônio líquido do balanço consolidado.

e.ix) Classificação de Instrumentos Financeiros - Operação com derivativos (Box)

O Banco realizou operação de Box, onde diversos instrumentos financeiros derivativos foram utilizados com o objetivo de emular as características de um único instrumento financeiro (instrumento sintético).

Conforme definido pelo parágrafo 42 do IAS 32 os ativos e passivos financeiros com as características descritas acima não poderão ter seus resultados compensados e seu valor líquido apresentado na demonstração financeira.

Dessa forma, o resultado individual de cada operação foi apurado e o valor do ativo reclassificado do grupo de instrumentos de dívida para o grupo de derivativos.

e.x) Taxa efetiva de Juros

De acordo com os pronunciamentos sobre instrumentos financeiros e receitas do IASB, a IAS 39 e a IAS 18, o método de custo amortizado, aplicado a uma parte dos instrumentos financeiros, conforme sua classificação, consiste em valor original, menos as amortizações do principal, mais juros calculados com base na taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é calculada com base no fluxo de caixa livre da operação, computando-se todos os custos e as receitas na originação dos contratos, tais como:

- Comissões pagas a correspondentes bancários.
- Receitas de abertura de crédito e taxas diversas cobradas por ocasião da geração dos contratos.
- Custos operacionais diretamente relacionados a efetivação dos contratos, captações, documentação, pesquisas e análise para aprovação inicial de crédito.
- Comissões de estruturação provenientes de originação de operações registradas no balanço do Banco.

Em outros termos, o effective interest rate (EIR) é a taxa que efetivamente desconta o fluxo de caixa esperado na operação (pagamentos/recebimentos) ao montante inicial do ativo e/ou passivo financeiro, incluindo comissões pagas ou recebidas pelo banco e custos de originação e captação (initial amount).

e.xi) Provisão Complementar de Prêmios

De acordo com os aspectos regulatórios da SUSEP, a Provisão Complementar de Prêmio – PCP é constituída com o objetivo de complementar a Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG, considerando todos os riscos vigentes, emitidos ou não, em acordo com a legislação vigente. A estimativa desta provisão é feita por ramo, tem como base de cálculo as datas de início e fim de vigência do risco e o prêmio comercial retido. A Companhia apura o valor da provisão como a diferença, se positiva, entre a média da soma dos valores apurados diariamente no mês de constituição e a PPNG constituída.

Apesar de o IFRS 4 permitir a continuidade do uso de excesso de prudência na avaliação dos contratos de seguros na data de sua transição para IFRS, eventualmente existente em BR GAAP, de forma consistente, não é permitida segundo o IFRS, a constituição de provisões para possíveis sinistros oriundos de contratos que não estejam em vigência na data de encerramento de balanço ou provisões para equalização de riscos para contratos cujo risco já tenha sido expirado. Dessa forma, a referida provisão foi revertida para fins de IFRS.